

Legislação Ambiental de Referência, conforme Sistrema de Gerenciamento de Requisitos Legais Ius Natura, Referência 03/2026

Tipo	Número	Data de promulgação	Órgão	Âmbito da Norma	Assunto
Deliberação	4888	02/10/2007	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Estabelece procedimentos administrativos para o cumprimento da compensação ambiental, como condicionante da etapa do licenciamento de empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental, prevista na Lei 9985/00. Determina que a gradação dos impactos considere os impactos negativos e não mitigáveis nos termos do disposto em seu Anexo II.
Decreto	41084	20/12/2007		Estadual	Aprova o Programa Rio Sem Lixão, objetivando a erradicação dos lixões e dos vazadouros clandestinos no território do Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	2686	07/05/2008	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Federal	Prorroga os prazos de validade dos Certificados de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - CRNTRC, vigentes na data de publicação da norma, até que os transportadores sejam recadastrados conforme cronograma a ser estabelecido pela ANTT.
Deliberação	3619	24/04/1997	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a DZ-1.004.R-8 - Diretriz para a Concessão e Renovação de Certificado de Registro para Empresas de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.
Portaria	204	17/07/2008	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Cria o protocolo único do licenciamento ambiental federal, interconectando os protocolos internos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; da Agência Nacional de Águas - ANA e do Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade - ICMBio.
Lei Orgânica	SN	30/04/1990		Municipal	Estabelece diretrizes sobre a organização político-administrativa do Município de São João da Barra - RJ. Dispõe sobre meio ambiente, saúde e segurança e responsabilidade social.
Resolução	447	22/09/2000	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Disciplina o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais. Atribui, ao engenheiro ambiental, o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução CONFEA 218/73, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos.
Resolução	2	07/10/2008	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a DZ-077 - Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do Meio Ambiente. Estabelece procedimentos, define responsabilidades e institui o Termo de Encerramento-TE de atividades, com o objetivo de evitar o abandono de instalações, equipamentos, substâncias e produtos perigosos e de minimizar os riscos ao ambiente e à saúde da população no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	6698	17/12/2008		Federal	Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil.
Deliberação	1079	25/06/1987	CECA - Conselho Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova e manda publicar o documento DZ-209.R-2 - Diretriz de Controle de Efluentes Líquidos Industriais.
Lei	4886	01/11/2006		Estadual	Dispõe sobre a condição para o licenciamento ambiental de empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	91	05/11/2008	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. Revoga a Resolução CNRH 12/00.
Portaria	84	15/10/1996	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece procedimentos a serem adotados junto ao IBAMA para efeito de registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental (PPA) de agrotóxicos, seus componentes e afins. Revoga as Portarias IBAMA 139/94 e 149/94. Alterada pela Portaria IBAMA 06/12 e Instrução Normativa IBAMA 7/22.
Decreto	41612	23/12/2008		Estadual	Dispõe sobre a definição de restingas no estado do Rio de Janeiro. Estabelece a tipologia e a caracterização ambiental da vegetação de restinga.
Instrução Normativa	16	29/05/2009	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui os procedimentos administrativos para a reavaliação ambiental dos agrotóxicos, seus componentes e afins.
Portaria	5	20/07/2009	Secretaria Executiva da Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (SEC-IMO)	Federal	Publica a tradução do Código de Normas Internacionais e Práticas Recomendadas para uma Investigação de Segurança de um Acidente ou de um Incidente Marítimo (Código de Investigação de Acidentes - Código CIC), da Organização Marítima Internacional - IMO, conforme estabelecido na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS - Decreto 87.186/82.
Decreto Legislativo	499	10/08/2009		Federal	Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.
Instrução Normativa	23	11/07/2009	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece as especificações do Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32 a ser utilizado em veículos automotores pesados do ciclo Diesel.
Decreto	57	20/02/1935		Federal	Dispõe sobre o exercício da profissão de Químico.
Deliberação	819	16/02/1978	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Estabelece critérios para apresentação de projetos para tratamento de efluentes líquidos de atividades poluidoras.
Deliberação	3967	16/01/2001	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova o MF-613.R-3 - Método de Determinação de Metais em Partículas em Suspensão no Ar por Espectrometria de Absorção Atômica com Chama.
Decreto Legislativo	645	18/09/2009		Federal	Aprova o texto atualizado da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Convenção promulgada pelo Decreto do Executivo 9.988/19.
Deliberação	433	07/07/1983	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova o Manual de Amostragem de Qualidade de Água.
Resolução	10	24/10/1996	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Regulamenta o licenciamento ambiental de atividades localizadas em locais onde ocorre a desova de tartarugas marinhas. Determina que o licenciamento somente poderá ser efetivado após avaliação e recomendação do IBAMA, ouvido o Centro de Tartarugas Marinhas - TAMAR.
Deliberação Normativa	3663	28/08/1997	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a DZ-041.R-13 - Diretriz Para Realização De Estudo De Impacto Ambiental (EIA) E Do Respectivo Relatório De Impacto Ambiental (RIMA).
Decreto Legislativo	985	22/12/2009		Federal	Aprova emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL), aprovada pelo Decreto 2.508/98.

Lei	12187	29/12/2009		Federal	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Alterada pela Portaria MMA 304/22. Alterada pela Lei 15.042/24.
Portaria	87	24/02/2010	Secretaria Especial de Portos (SEP)	Federal	Estabelece requisitos mínimos a serem considerados para a implantação de sistema de gerenciamento e monitoramento de navios nos portos.
Resolução	422	23/03/2010	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece diretrizes para realização de campanhas, ações e projetos de educação ambiental.
Portaria	108	06/04/2010	Secretaria Especial de Portos (SEP)	Federal	Estabelece diretrizes para outorga de concessão de novos portos organizados marítimos.
Portaria	1	04/01/1990	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui a cobrança pelo fornecimento de licença ambiental, análise e vistoria de projetos.
Resolução	12	08/06/2010	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece os empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental pode ser transferido aos municípios, por meio de convênio. Alterada pela Resolução INEA 26/10.
Resolução	8	09/02/2007	SEA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Estadual	Modifica a Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Resolução SEMADUR 78/04. Alterada pelas Resoluções SEAS 25/07, 12/19 e 80/21.
Resolução	32	15/10/2003	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Institui a Divisão Hidrográfica Nacional com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução	18	30/09/2010	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Fixa prazos a serem cumpridos pelo requerente de licenças ambientais nas diversas fases do processo de licenciamento ambiental. Revoga a Norma Administrativa 941/84.
Resolução	25	30/12/2010	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece procedimentos para requerimento das licenças ambientais das atividades ligadas à cadeia produtiva de reciclagem.
Resolução	28	29/12/2010	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Disciplina o procedimento administrativo para apuração de infração ambiental.
Deliberação	8	06/12/2001	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)	Federal	Dispõe sobre a Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002.
Deliberação	15	04/11/2002	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)	Federal	Dispõe sobre medidas complementares para a implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002, em atendimento à Deliberação CEIVAP 8/2001. Alterada pela Deliberação CEIVAP 65/06.
Resolução	48	21/03/2005	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
Resolução	2	22/08/1991	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispôs sobre o gerenciamento de cargas deterioradas ou contaminadas, fora de especificação ou abandonadas.
Resolução	9	24/10/1996	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Caracteriza o Corredor entre Remanescentes como a faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna.
Instrução Normativa	74	25/08/2005	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Dispõe sobre documentação fundiária necessária para a instrução de solicitações de autorização de desmatamento e aprovação de planos de manejo florestal sustentável.
Resolução	350	06/07/2004	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de aquisição de dados sísmicos marítimos e em zonas de transição.
Decreto	2519	16/03/1998		Federal	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Acordo aprovado pelo Decreto Legislativo 02/94.
Constituição	SN	05/10/1988		Federal	Estabelece a forma do Estado e do Governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, seus órgãos e os limites de sua ação. Estabelece as diretrizes da ordem social e econômica. Institui direitos e garantias individuais, sociais, coletivos e difusos.
Constituição	SN	05/10/1989		Estadual	Dispõe sobre a organização político administrativa do Estado do Rio de Janeiro. Institui direitos coletivos e difusos.
Decreto	4136	20/02/2002		Federal	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, previstas na Lei 9.966/00. Alterado pelo Decreto 8.127/13.
Decreto	4281	25/06/2002		Federal	Regulamenta, parcialmente, a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Atribui aos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação a competência para definir as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.
Lei	9478	06/08/1997		Federal	Institui a Política Energética Nacional. Estabelece, como seus objetivos, a proteção do meio ambiente e a promoção da conservação da energia. Dispõe sobre a titularidade do monopólio do petróleo e do gás natural, sua exploração e produção. Institui a ANP e estabelece obrigações para a Petrobras. Revoga a Lei 2.004/73. Alterada pelas leis 11.921/09, 12.014/09, 12.351/10, 12.490/11, 12.734/12, 13.033/14, 13.203/15, 13.303/16, 13.609/18, 13.848/19, 14.134/21, 14.292/22, 14.367/22, 14.440/22, 14.948/24, 14.993/24, 15.075/24, 15.097/25, 15.103/24, 15.269/25 e 15.348/26. Nota lus: art. 68-D regulamentado pelo Decreto 10.792/21. Alterada pela Medida Provisória 1.304/25.
Decreto-Lei	3365	21/06/1941		Federal	Regulamenta as desapropriações por utilidade pública. Define como de utilidade pública as atividades de aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica. Alterado pelas Leis 11.977/09, 12.873/13, 13.465/17, 13.867/19, 14.273/21 e 14.421/22. Alterado pela Medida Provisória 700/15. Alterada pela Lei 14.620/23.

Lei	9795	27/04/1999		Federal	Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Atribui às empresas, o dever de promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores. Cria a a Campanha Junho Verde, a ser celebrada, anualmente, como parte das atividades da educação ambiental não formal. Parcialmente regulamentada pelo Decreto 4.281/02. Alterada pela leis 14.393/22 e 14.926/24.
Lei	6803	02/07/1980		Federal	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.
Lei	2011	10/07/1992		Estadual	Dispõe sobre o Programa de Redução de Resíduos do Estado do Rio de Janeiro.
Lei	3325	17/12/1999		Estadual	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	3843	24/05/2002		Estadual	Alterada pelas leis 7.214/16 e 10.784/25.
Lei	2030	02/10/1992		Estadual	Disciplina a obtenção de licença ambiental por estabelecimentos que dispõem de cozinha comercial ou profissional, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	3606	13/07/2001		Estadual	Disciplina a logística reversa para empresas produtoras de disquetes, mediante recolhimento e reciclagem.
Lei	4247	16/12/2003		Estadual	Disciplina a cobrança pela utilização de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro. Define critérios para a fixação dos valores e estabelece os usos considerados insignificantes para fins de outorga e cobrança. Alterada pelas leis 5.234/08 e 9.492/21. Altera a Lei 3.239/99.
Portaria	86	04/06/1981	Ministério do Interior (MINTER)	Federal	Enquadra os cursos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que menciona.
Resolução	1	04/09/2006	Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)	Federal	Aprova e divulgar a estrutura completa da Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE-versão 2.0. Substitui a Resolução CONCLA 06/02.
Lei	7122	03/12/2015		Estadual	Alterada pela Resolução CONCLA 02/06. Institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso de Energia Solar, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pelas leis 8.922/20, 10.505/24, 10.506/24 e 10.654/25.
Instrução Normativa Conjunta	1	23/01/2006	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Estabelece procedimentos a serem adotados para efeito de registro de produtos semioquímicos que se caracterizem como produtos técnicos, agrotóxicos ou afins, segundo definições estabelecidas no Decreto 4.074/02, art. 1º, incisos IV e XXXVII.
Portaria Conjunta	1	24/04/2007	Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)	Estadual	Institui o protocolo único para recebimento de requisições de licenciamento ambiental, de outorga para o uso de água e de autorização de corte de vegetação no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	5928	25/03/2011		Estadual	Obriga à divulgação, por meio dos produtos e de suas embalagens, do tempo natural de degradação e das formas de descarte final dos produtos potencialmente nocivos ao meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei 7.612/17.
Instrução Normativa	8	14/07/2011	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regula, para empreendimentos de significativo impacto ambiental licenciados pelo IBAMA, os procedimentos para o cálculo e a indicação da proposta de Unidades de Conservação a serem beneficiadas pelos recursos da Compensação Ambiental. Revoga a Instrução Normativa IBAMA 47/04. Alterada pelas instruções normativas IBAMA 11/13 e 12/17.
Lei Complementar	140	08/12/2011		Federal	Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.
Instrução Normativa	17	30/12/2011	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta o processo administrativo de apuração, determinação e constituição de créditos decorrentes da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental –TCFA no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do auto de infração por descumprimento das obrigações acessórias relativas ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais –CTF/APP, bem como o parcelamento do valor desses créditos quando não inscritos em Dívida Ativa. Alterada pelas Instruções Normativas IBAMA 06/13, 10/20 e 19/22.
Instrução Normativa	13	18/12/2012	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos, a ser utilizada para prestar informações ao IBAMA sobre a geração e o gerenciamento dos resíduos sólidos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA, e pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos - CNORP.
Lei	6400	05/03/2013		Estadual	Disciplina a autovistoria periódica a ser realizada em prédios residenciais, comerciais e nos prédios públicos do Estado e dos municípios e cria Laudo Técnico de Vistoria Predial (LTVP) no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	6466	06/06/2013		Estadual	Determina que a autovistoria é obrigatória para edificações de três ou mais pavimentos e para aquelas que tiverem área construída igual ou superior a 1000 m², independentemente do número de pavimentos, e em todas as fachadas de qualquer prédio que tenha projeção de marquise ou varanda sobre o passeio público.
Lei	12787	11/01/2013		Federal	Cria o Selo de Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP, no Estado do Rio de Janeiro - RJ, de cunho facultativo.
Lei				Federal	Institui a Política Nacional de Irrigação. Estabelece os princípios, objetivos, instrumentos da Política e regulamenta a implantação dos projetos de irrigação. Cria os Planos Nacional e Estaduais de Irrigação e os Projetos de Irrigação, a serem elaborados pelo Poder Público. Institui o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação. Revoga a Lei 6.662/79. Alterada pelas Medida Provisória 700/15. Alterada pela Lei 13.702/18.

Resolução	35	15/08/2011	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Disciplina procedimentos para a realização de audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental de obras, empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar significativa degradação ambiental, a serem licenciados com base em Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIM, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga as deliberações CECA 2.555/91, 4.662/06 e 4.845/07. Alterada pelas resoluções CONEMA 89/20 e 94/22.
Lei	6572	31/10/2013		Estadual	Obriga o empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental a apoiar a implantação e manutenção de uma ou mais unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pelas leis 7.061/15 e 8.538/19.
Resolução	55	13/12/2013	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Estabelece padrão de cores para a coleta seletiva simples, a ser adotado na identificação de coletores e veículos transportadores para a separação de resíduos sólidos urbanos e de resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços no Estado do Rio de Janeiro, quando da inexistência de fluxo de logística para a coleta multisseletiva. Nota lus Natura: para a iniciativa privada a norma é de atendimento facultativo.
Portaria Conjunta	131	30/12/2013	DETRAN - Departamento de Trânsito; Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece restrição de circulação para veículos a óleo diesel reprovados em inspeção veicular realizada por empresas / profissionais credenciados pelo INEA, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	84	28/01/2014	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece critérios para a dispensa de abertura de procedimento administrativo no INEA, para regularização de usos insignificantes em corpos d'água de domínio do Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	254	13/12/2013	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Disciplina a responsabilidade técnica de firmas ou entidades que produzam, fabricam, comercializam, forneçam, transportam, distribuam produtos químicos, produtos industriais, insumos e prestam serviços de natureza química. Prorroga o prazo de validade dos Certificados de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC, estabelecido pela Resolução ANTT 3.056/09.
Resolução	4330	07/05/2014	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Federal	Nota lus Natura: o prazo de validade dos certificados de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) vencidos a partir de 15.11.2014 ficam prorrogados, nos termos da Resolução ANTT 4.490/14, até a data definida no cronograma para recadastramento a ser publicado pela ANTT.
Lei	6862	15/07/2014		Estadual	Obriga à instalação de equipamento rastreador em veículos utilizados na execução de serviços de remoção e transporte de resíduos, para acompanhar o correto despejo do resíduo em local determinado, no Estado do Rio de Janeiro. Obs.: aplica-se para empresas responsáveis pela coleta de lixo doméstico, hospitalar e industrial.
Resolução	162	15/12/2014	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Aprova as disposições da Deliberação CEIVAP 218/14, referentes aos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e aos valores a serem cobrados.
Resolução	374	12/06/2015	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Institui normas regulatórias para atuação do biólogo na área de gestão ambiental para a elaboração, execução, desenvolvimento, auditoria ambiental e outras atividades relativas à elaboração de projetos e estudos relacionados à gestão ambiental.
Portaria	2	24/07/2015	Secretaria Executiva da Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (SEC-IMO)	Federal	Publica a atualização do texto em português da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (COLREG-72), da Organização Marítima Internacional. Revoga a Portaria SEC/IMO 08/10.
Lei	7021	11/07/2015		Estadual	Institui o Programa de Aproveitamento de Madeiras de Podas de Árvores - PAMPA no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Instrução Normativa	15	24/08/2015	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Autoriza o uso de produtos semioquímicos utilizados em programas oficiais de monitoramento populacional, programas de detecção ou coleta massal de pragas no Brasil.
Lei	13186	11/11/2015		Federal	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável, com o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.
Resolução	136	15/01/2016	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece procedimento simplificado para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	70	19/01/2016	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Disciplina os limites de emissão veicular a serem aplicados nos programas de controle da poluição veicular implantados no Estado do Rio de Janeiro e na vistoria de gases poluentes dos veículos quando da renovação do licenciamento anual. Nota lus Natura: ficam dispensados da inspeção obrigatória para o licenciamento os veículos, concebidos unicamente para aplicações agrícolas, de competição, tratores, máquinas de terraplanagem e pavimentação e qualquer outro de concepção especial sem procedimentos específicos para obtenção de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), desde que não circulem em vias públicas. Revoga as resoluções CONEMA 43/12 e 57/13.
Decreto	45957	22/03/2017		Estadual	Aprova o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro - PERS/RJ. Revisa e incorpora, ao seu texto, o Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - PDGIRS/RMJ, aprovado pelo Decreto 41.122/08.
Resolução Conjunta	638	08/11/2016	SEA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Estadual	Disciplina os procedimentos administrativos para a celebração de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) para cumprimento da obrigação de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral em caso de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	218	29/06/1973	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e Agronomia, em nível superior e em nível médio. Alterada pela Resolução CONFEA 1.156/25.
Instrução Normativa	64	22/12/2015	Departamento Polícia Rodoviária Federal (DPRF)	Federal	Disciplina o auto de infração, prazos e procedimentos para apresentação de defesa da autuação e de recurso de penalidade de multa, por infrações ao Regulamento para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Revoga a Portaria DPRF 48/14.
Portaria	100	07/03/2016	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP), programa voluntário instituído no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC.
Resolução	26	21/05/1998	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Disciplina o transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros a que se refere o artigo 109 do Código de Trânsito Brasileiro.

Resolução	65	14/12/2012	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Obriga os empreendimentos enquadrados como classes 4, 5 e 6, previstas no Decreto Estadual 44.820/14, a apresentar o Plano de Mitigação de emissões de GEE ao requerer e/ou renovar licença ambiental, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: o Decreto 42.159/09 foi revogado pelo Decreto 44.820/14, que também enquadra empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental em classes.
Portaria	111	04/05/2017	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Aprova o Regulamento do Prêmio ANTAQ 2017 de Sustentabilidade Aquaviária, que tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destaquem por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor. Alterada pela Portaria ANTAQ 157/17.
Decreto	8972	23/01/2017		Federal	Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg, a ser implementada pelo Poder Executivo federal por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planavég. Disciplina seus objetivos e diretrizes, estabelece seus instrumentos e define sua governança. Alterado pelo Decreto 10.142/19.
Lei	6879	02/09/2014		Estadual	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Consumo Responsável, com o objetivo de implementar incentivos à redução do consumo de água tratada, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei 7.607/17.
Portaria	564	18/04/2007	SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Estadual	Define procedimento relativo ao pagamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	161	20/04/2017	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Regulamenta as restrições previstas no art. 2º da Portaria MMA 445/14, que institui a "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". Admite captura, desembarque e respectiva comercialização para espécies que lista até 30.04.2018. Repristinada pela Portaria MMA 354/23. Alterada pela Portaria Interministerial MMA/MPA 42/18.
Resolução	142	06/09/2016	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Disciplina o procedimento para protocolo, análise e concessão dos requerimentos de documentos de averbação dos instrumentos do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM), no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: considera-se documento de averbação o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental altera dados constantes de Licença Ambiental ou dos demais instrumentos do SLAM.
Resolução	140	20/07/2016	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Institui o Banco Público de Áreas para Restauração (BANPAR), com o objetivo de cadastrar áreas disponíveis para restauração e fomentar as ações de restauração florestal no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura 1: O BANPAR funciona como mecanismo facilitador de aproximação entre proprietários ou possuidores que possuem interesse em ter áreas restauradas em seus imóveis e empreendedores ou interessados que possuem compromissos de restauração decorrentes de licenciamento ambiental, obrigações legais ou iniciativa voluntária, promovendo o cruzamento das informações cadastradas por ambas as partes e direcionando os compromissos ou intenções. Nota lus Natura 2: o cadastro no BANPAR é gratuito e voluntário.
Decreto	9073	05/06/2017		Federal	Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12.12.2015, e firmado em Nova Iorque, em 22.04.2016. Revoga tacitamente o Decreto Legislativo 140/16.
Lei	7543	29/03/2017		Estadual	Cria o Programa Estadual de Reintrodução de Aves da Fauna Brasileira em Vias de Extinção no seu Ambiente Natural no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	357	29/04/2015		Municipal	Cria o Plano Diretor do Município de São João da Barra - RJ. Institui a política municipal de desenvolvimento e de expansão urbana. Revoga as leis 33/91, 50/2006 e 116/2010.
Deliberação	37	03/02/2017	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Institui o Banco de Projetos Ambientais (BPA) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para fins de utilização nos casos de conversão de multas ambientais aplicadas com base na Lei 3.467/00, de compensações ambientais de qualquer natureza ou de outras fontes de recursos, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	1	23/01/1986	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos. Determina que o transporte de produtos perigosos deve ser efetuado mediante medidas essenciais complementares, a serem definidas pelos Estados quando conveniente. Estabelece que os órgãos estaduais de meio ambiente devem ser comunicados pelo transportador de produtos perigosos com a antecedência mínima de 72 horas de sua efetivação.
Resolução	146	28/08/2017	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Disciplina o procedimento de conversão parcial ou total das multas aplicadas em serviços de interesse ambiental ou na realização de obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	5277	12/01/2018	DETRAN - Departamento de Trânsito	Estadual	Estabelece que, para obtenção do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo - CRLV, são isentos da vistoria anual obrigatória, os veículos registrados na categoria particular com capacidade para até 5 passageiros, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	1	23/01/1986	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.
Resolução	716	30/11/2017	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular - ITV. Define a aprovação na ITV a cada 2 anos como condição necessária para o licenciamento anual de veículos. Revoga as resoluções CONTRAN 84/98, 101/99, 107/99. Nota lus Natura: a resolução está suspensa por tempo indeterminado pela Deliberação CONTRAN 170/18.
Instrução Normativa	14	26/04/2018	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece regras de transição para as solicitações de atividades florestais protocoladas nos órgãos do Sisnama antes da data de implantação definitiva do Sinaflor em 02.05.2018. Nota lus Natura: As solicitações protocoladas antes de 02.05.2018 poderão ser cadastradas e homologadas até a data limite de 31.01.2020. Alterada pelas Instruções Normativas IBAMA 25/18, 18/19 e 2/20
Deliberação	16	19/01/1978	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a NT 319, que estabelece critérios de qualidade da água para preservação de fauna e flora marinha - naturais.
Deliberação	1949	24/09/1990	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova o MF-511.R-4 - Determinação dos Pontos para Amostragem em Chaminés e Dutos de Fontes Estacionárias, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei	1356	03/10/1988		Estadual	Dispõe sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA. Relaciona as instalações e atividades obrigadas à apresentação de EIA-RIMA por ocasião do licenciamento ambiental. Alterada pela Lei 5.000/07. Alterada pela Lei 9972/23.
Resolução	9	03/12/1987	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas. Determina que, no caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese de o órgão estadual não a realizar, a licença concedida não terá validade.
Resolução	378	19/10/2006	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Determina a competência exclusiva do IBAMA para autorizar os empreendimentos de exploração de florestas e formações sucessoras e de supressão florestal potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional. Alterada pela Resolução CONAMA 428/10.
Portaria	1008	06/09/2018	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Estabelece procedimentos a serem adotados pelo Corpo de Bombeiros para a celebração de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais para a regularização de imóveis e estabelecimentos em relação às medidas de segurança contra incêndio e pânico, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	779	30/01/1967		Estadual	Aprova o Regulamento do Controle de Poluição Atmosférica.
Decreto-Lei	134	16/06/1975		Estadual	Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Fixa normas de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição. Obriga o licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
Decreto-Lei	230	18/07/1975		Estadual	Estabelece normas de controle de insetos e roedores nocivos à saúde.
Decreto	37926	06/07/2005		Estadual	Regulamenta a Lei 2.001/92, que obriga a realização de serviços de controle de vetores em estabelecimentos que lidem com produtos alimentícios.
Decreto	8974	15/05/1986		Estadual	Regulamenta o Decreto-Lei 134/75 no que tange às penalidades administrativas aplicáveis por infrações à legislação de meio ambiente.
Decreto	21470	05/06/1995		Estadual	Regulamenta a Lei 1.898/91, que dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais compulsórias.
Decreto-Lei	247	21/07/1975		Estadual	Dispõe sobre normas contra incêndio e pânico no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	8975	15/05/1986		Estadual	Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Controle, Coleta e Destino Final dos Despejos Industriais do Estado do Rio de Janeiro. Alterado pelo Decreto 43.130/11.
Decreto-Lei	2063	06/10/1983		Federal	Dispõe sobre as multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos.
Convênio	27	01/04/2005	Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)	Federal	Institui procedimentos para documentar operações entre contribuintes do ICMS que estiverem sujeitos ao recebimento e remessa de pilhas e baterias para fabricantes, importadores ou terceiros repassadores. Alterada pelo Convênio CONFAZ 57/21.
Deliberação	3996	08/05/2001	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova e manda publicar o documento IT-1304.R-5 - Instrução técnica para requerimento de licenças para aterros de resíduos industriais perigosos. Revoga as Deliberações CECA 593/84 e 661/85.
Deliberação	307	17/06/1982	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova e manda publicar a DZ-949-R.0 - Diretriz de Implantação do Programa de Bolsa de Resíduos.
Deliberação	4093	21/11/2001	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a NA-052.R-1, que orienta as publicações do requerimento, da renovação, da concessão e do indeferimento de licença, em quaisquer de suas modalidades. Revoga a Deliberação CECA 2.538/91 NA-052.
Resolução	317	26/08/2003	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos no Brasil, sob responsabilidade dos órgãos ou entidades gestoras de recursos hídricos e outorgantes estaduais e da União. Nota: conforme aviso disponível no site http://www.snirh.gov.br/cnarh/index.jsf , a partir de 06.11.2017, o novo sistema REGLA deve ser usado para pedidos de outorga para uso de águas da União e dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins, que adotam esse sistema em seus processos de outorga. Para fazer uso de águas de domínio estadual de qualquer outro Estado, deve-se solicitar a outorga junto ao órgão estadual competente e não é mais obrigatório o registro do empreendimento, pelo usuário, no sistema CNARH. Após emissão de outorga pelo órgão estadual, o registro será incorporado ao CNARH pelo próprio órgão gestor.
Resolução	210	11/09/2002	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Dispõe sobre os procedimentos para a regularização dos usos de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, por meio de cadastramento, outorga e cobrança
Resolução	4	19/04/1989	Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	Federal	Dispõe sobre a utilização de materiais radioativos em pára-raios. Determina a devolução à CNEN do material quando da desativação dos equipamentos.
Resolução	16	08/05/2001	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Estabelece condições e procedimentos para concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Define o prazo de 90 dias para solicitar renovação de outorga antes de seu vencimento. Alterada pela Resolução CNRH 225/21.
Resolução	15	11/01/2001	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Contém disposições sobre a proteção às águas subterrâneas e construção de poços. Determina a toda empresa que execute perfuração de poço tubular profundo o cadastramento junto ao CREA e órgãos estaduais de gestão de recursos hídricos.
Resolução	27	29/11/2002	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Aprova os valores e os critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
Resolução	19	14/03/2002	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Aprova a Deliberação CEIVAP 08/01 e define o valor da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul em R\$ 0,02 por metro cúbico.
Resolução	54	28/11/2005	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.
Resolução	29	11/12/2002	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Dispõe sobre o uso de recursos hídricos relacionados à atividade minerária e sujeitos a outorga.
Resolução	37	26/03/2004	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos d'água.
Resolução	1	08/03/1990	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece regras para a emissão de ruídos originários de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
Resolução	5	05/08/1993	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece normas relativas aos resíduos sólidos oriundos de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.
Resolução	6	24/01/1986	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Aprova os modelos de publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.

Norma de Execução	3	02/05/2007	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Dispõe sobre a apresentação da "Informação de Corte Simplificada" ao IBAMA para a exploração de florestas plantadas oriundas de incentivos fiscais e/ou comprometidas com a reposição florestal obrigatória Dispensa a exploração destas florestas de vistoria e aprovação prévia pelo IBAMA
Resolução	237	19/12/1997	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina sobre o Licenciamento Ambiental. Estabelece prazo para concessão e validade das licenças ambientais.
Resolução	275	25/04/2001	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores e divulgado nas campanhas educativas sobre a coleta seletiva.
Resolução	306	05/07/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais, objetivando avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental nos portos organizados e instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio e refinarias, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente e do licenciamento ambiental. Alterada pela Resolução CONAMA 381/2006.
Resolução	313	29/10/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais. Relaciona as empresas obrigadas a apresentá-lo para o órgão ambiental competente e seu modelo. Revoga a Resolução CONAMA 06/88. Nota lus Natura: a norma utiliza a versão 1.0 da Classificação CNAE, aprovada pela Resolução CONCLA 06/02 e que foi tacitamente revogada pela Resolução CONCLA 01/06 (que aprova a versão 2.0).
Resolução	307	05/07/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. Alterada pelas resoluções CONAMA 348/04, 431/11, 448/12 e 469/15.
Resolução	316	29/10/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina os processos de tratamento térmico de resíduos, definido como qualquer processo cuja operação seja realizada acima da temperatura mínima de 800 graus Celsius, exceto para rejeitos radioativos e para co-processamento em fornos de clínquer. Alterada pela Resolução CONAMA 386/06.
Resolução	358	29/04/2005	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. Revoga a Resolução CONAMA 283/01. Retificada em 21/06/05.
Resolução	362	23/06/2005	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o óleo lubrificante usado ou contaminado. Estabelece obrigações para produtores, importadores e revendedores de óleo lubrificante acabado e para geradores, coletores, rerrefinadores e recicladores de óleo lubrificante usado ou contaminado. Revoga a Resolução CONAMA 09/93. Alterada pela Resolução CONAMA 450/12.
Resolução	369	28/03/2006	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.
Resolução	437	27/11/1999	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa às atividades dos Engenheiros e Arquitetos, especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho. Os estudos, projetos, planos, relatórios, laudos e quaisquer outros trabalhos ou atividades relativas à Engenharia de Segurança do Trabalho, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes, administrativas e judiciárias, e só terão valor jurídico quando seus autores forem Engenheiros ou Arquitetos, especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho e registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.
Decreto	2181	20/03/1997		Federal	Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, e estabelece as penalidades para as infrações à legislação de proteção ao consumidor. Alterado pelos Decretos 7.738/12 e 10.887/21.
Decreto	2508	04/03/1998		Federal	Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL). Proíbe a descarga no mar de substâncias nocivas ou de efluentes que as contenham. Alterado pelo Decreto 10.984/22.
Decreto	24114	12/04/1934		Federal	Nota lus: o Anexo VI da norma não foi recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro porque não houve publicação dessa parte da norma em decreto do executivo, conforme estabelece a técnica legislativa para recepção de tratados/convenções internacionais. Dessa forma, apenas as emendas ao Anexo VI, que foram publicadas pelo Decreto 10.984/22, estão disponíveis.
Decreto	4074	04/01/2002		Federal	Aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal. Alterado pelo Decreto-Lei 5.478/43. Alterado pelos decretos 51.116/61, 6.946/09, 10.179/19 e 12.502/25.
Decreto	4871	06/11/2003		Federal	Regulamenta a Lei 7.802/89, que dispõe sobre os agrotóxicos, seus componentes e afins e estabelece as condições de uso e armazenamento. Alterado pelos Decretos 5.981/06, 6.913/09, 10.833/21 e 11.040/22.
Decreto	5300	07/12/2004		Federal	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional com concentração de portos organizados, instalações portuárias ou plataformas e suas respectivas instalações de apoio. Alterado pelos Decretos 8.127/13 e 10.950/22.
Decreto	85877	07/04/1981		Federal	Regulamenta a Lei 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima.
Decreto	87561	13/09/1982		Federal	Regulamenta a execução da Lei 2.800/56, sobre o exercício da profissão de químico.
Decreto	87566	16/09/1982		Federal	Dispõe sobre as medidas de recuperação e proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Promulga a Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias. Alterado pelo Decreto 6.511/08.
Deliberação	3998	08/05/2001	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a NF-001.R-1 - procedimentos administrativos a serem adotados na constatação de infrações e aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental.
Deliberação	1193	23/11/1987	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Dispõe sobre a emissão de fumaça por veículos movidos a diesel
Deliberação	2968	14/09/1993	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova e manda publicar o documento DZ-1314.R-0, que dispõe sobre licenciamento de processos de destruição térmica de resíduos.

Lei	9433	08/01/1997		Federal	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Condiciona a intervenção em águas públicas à autorização do órgão competente. Institui a cobrança pelo uso da água. Alterada pelas leis 12.334/10, 13.501/17, 13.844/19, 14.066/20, 14.600/23 e 15.269/25.
Decreto	96044	18/05/1988		Federal	Aprova o Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Alterado pelo Decreto 4.097/02. Nota lus: a Gerência de Regulação do Trans. Rodoviário e Multimodal de Cargas – GERET, conforme ofício anexoado, informa que o Decreto 96.044/88 foi revogado pela Resolução ANTT 5.998/22. Entretanto uma Resolução é incapaz de revogar um Decreto e este permanece em vigor nos sites do Governo.
Decreto	99274	06/06/1990		Federal	Regulamenta a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Tipifica as penalidades administrativas aplicáveis por infrações à legislação de meio ambiente. Disciplina a criação das unidades de conservação federais Estações Ecológicas e Área de Proteção Ambiental. Alterado pelos decretos 6.792/09, 9.806/19, 9.939/19, 11.018/22 e 11.417/23.
NR - Norma Regulamentadora	20	08/06/1978		Federal	Estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis. Nova redação dada pela Portaria SEPT 1.360/19 (publicada em 10.12.2019 e retificada em 08.01.2020). Alterada pelas portarias MTP 427/21, 806/22 e 4.219/22. Alterada pelas portarias MTE 1.146/24 e 60/25. Nota lus: o item 14.1 entrará em vigor conforme art. 4º da Portaria MTP 427/21.
NR - Norma Regulamentadora	23	08/06/1978		Federal	Dispõe sobre a prevenção e combate a incêndios no ambiente de trabalho. Alterada pela Portaria SIT 221/11. Alterada pela Portaria MTP 2.769/22.
NR - Norma Regulamentadora	28	08/06/1978		Federal	Estabelece penalidades por infrações às normas de segurança do trabalho. Alterada pelas portarias SIT 44/08, 277/11, 298/12 e 319/12. Alterada pelas portarias MTE 2.033/12, 591/14, 11/15, 882/15 e 1.794/24 Alterada pela Portaria MTPS 507/16. Alterada pela Portaria MTb 167/17. Nota lus Natura: as alterações promovidas pela Portaria MTb 167/17, no Anexo II - Quadro de Classificação das Infrações, entram em vigor em 08.11.2019. Alterada pela Portaria MTb 1067/19. Alterada pelas portarias SEPT 1.358/19, 1.359/19, 1.360/19 e 9.384/20. Alterada pelas portarias MTP 698/22 e 4.406/22. Alterada pelas portarias MTE 3.563/23, 553/24, 1.794/24 e 104/26.
NR - Norma Regulamentadora	32	16/11/2005		Federal	Estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. Caracteriza serviços de saúde como as edificações destinadas à prestação de assistência à saúde e as ações de promoção, recuperação, assistência, pesquisa e ensino em saúde em qualquer nível de complexidade. Alterada pelas Portarias MTE 939/08, 1.748/11, SEPT 915/19, MTP 806/22 e 4.219/22
Lei	10650	16/04/2003		Federal	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Permite o acesso público aos documentos que tratem de matéria ambiental. Determina ao interessado a indicação do sigilo industrial à administração pública.
NR - Norma Regulamentadora	13	08/06/1978		Federal	Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão, suas tubulações de interligação e tanques metálicos de armazenamento nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e à saúde dos trabalhadores. Alterada pelas Portarias MTP 1.846/22 e 4.219/22.
Decreto-Lei	5452	01/05/1943		Federal	Institui a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, integrada pelas normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho. Dispõe sobre a saúde e segurança do trabalho no Capítulo V, Título II, nos termos da alteração conferida pela Lei 6.514/77. Alterado pelas leis 11.788/08, 11.648/08, 11.925/09, 12.010/09, 12.275/10, 12.347/10, 12.405/11, 12.437/11, 12.440/11, 12.551/11, 12.619/12, 12.740/12, 12.812/13, 12.873/13, 12.997/14, 13.015/14, 13.103/15, 13.154/15, 13.146/15, 13.257/16, 13.287/16, 13.415/17, 13.419/17, 13.420/17, 13.467/17, 13.509/17, 13.545/17, 13.660/18, 13.840/19, 13.874/19, 13.876/19, 13.877/19, 14.438/22, 14.442/22, 14.611/23, 14.647/23, 14.657/23, 14.684/23, 14.690/23, 14.766/23, 14.824/24, 14.846/24, 15.156/25, 15.175/25 e 15.222/25. Alterado pelas ADIs 2.237/19, 5.938/19, 5.938/20, 6.327/22, 6.188/23 e 5.322/24. Alterado pela Medida Provisória 1.116/22.
NR - Norma Regulamentadora	29	08/06/1978		Federal	Estabelece as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no trabalho portuário e as diretrizes para a implementação do gerenciamento dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho alcançados por esta NR. Alterada pelas portarias MTE 1.895/13, 1.080/14, MTP 806/22, 671/22 e 4.219/22. Nota lus: a Portaria MTE 3.407/23 obriga que o registro e atualização dos Serviços Especializados em Segurança e Saúde do Trabalhador Portuário - SESSTP e dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina portuários - SESMT Portuário sejam promovidos pelo portal gov.br até 19.11.2023.
Lei	9605	12/02/1998		Federal	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente. Regulamentada pelos decretos 6.514/08 e 7.316/25. Alterada pelas leis 11.284/06, 12.305/10, 12.408/11, 13.052/14, 14.064/20, 14.691/23, 14.944/24, 15.150/25, 15.190/25 e 15.299/25. Nota lus: as alterações promovidas pela Lei 15.190/25 entram em vigor em 04.02.2026.

Lei	9503	23/09/1997		Federal	Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Estabelece normas que regulamentam o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação. Alterada pelas leis 11.705/08, 11.910/09, 12.006/09, 12.009/09, 12.058/09, 12.217/10, 12.249/10, 12.452/11, 12.547/11, 12.619/12, 12.760/12, 12.971/14, 12.977/14, 12.998/14, 13.097/15, 13.103/15, 13.154/15, 13.160/15, 13.258/16, 13.281/16, 13.290/16, 13.495/17, 13.546/17, 13.614/18, 13.804/18, 13.840/19, 13.855/19, 13.886/19, 14.071/20, 14.157/21, 14.229/21, 14.304/22, 14.599/23, 14.861/24, 14.921/24, 15.006/24, 15.153/25. Alterada pela Resolução CONTRAN 483/14. Alterada pelas medidas provisórias 1.153/22 e 1.327/25. Alterada pela Lei Complementar 207/24. Alterada pelas ADIs 5322 e 2998.
Lei	9537	11/12/1997		Federal	Institui a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA). Disciplina a segurança do tráfego aquaviário e determina a adoção de medidas para impedir a poluição decorrente da atividade. Regulamentada pelo Decreto 2.596/98 (RLESTA) Alterada pela Lei 11.970/09 e 14.813/24.
Lei	9966	28/04/2000		Federal	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição por óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas das águas sob jurisdição nacional. Regulamentada parcialmente pelo Decreto 4.136/02. Estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional.
Lei	2800	18/06/1956		Federal	Disciplina a profissão do químico. Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química. Obriga ao registro no CRQ para químicos, técnicos químicos, engenheiros químicos (quando suas funções, como químico, assim o exigirem) e os engenheiros industriais (modalidade química). Regulamentada pela Resolução CFQ 293/21.
Lei	5194	24/12/1966		Federal	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Obriga a colocação e manutenção de placas visíveis ao público durante a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza. Alterada pela Lei 13.639/18.
Lei	5197	03/01/1967		Federal	Dispõe sobre a proteção à fauna silvestre, seus ninhos, abrigos e criadouros naturais. Proíbe a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre. Proíbe o exercício da caça profissional. Proíbe o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.
Lei	6496	07/12/1977		Federal	Alterada pelas leis 7.653/88, 7.679/88, 9.111/95 e 9.985/00. Determina que a execução de obras ou de serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeita à Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, efetuada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
Lei	6839	30/10/1980		Federal	Determina que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
Lei	6938	31/08/1981		Federal	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Proíbe a poluição e obriga ao licenciamento. Dispõe sobre a utilização adequada dos recursos ambientais. Institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA. Regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Alterada pelas leis 10.165/00, 11.284/06, 11.941/09, 12.651/12, 14.876/24, 14.932/24 e 15.190/25. Nota lus: as alterações promovidas pela Lei 15.190/25 entram em vigor em 04.02.2026. Alterada Lei Complementar 140/11. Alterada pela Portaria Interministerial MFAZ/MMA 812/15.
Lei	7347	24/07/1985		Federal	Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados a bens de interesse difuso e/ou coletivo. Alterada pelas Leis 11.448/07, 12.288/10, 12.966/14 e 13.004/14.
Lei	2029	20/08/1992		Estadual	Obriga os proprietários de veículos a realizarem a aferição anual dos níveis de emissão de poluentes dos veículos automotores, objetivando o atendimento aos padrões estabelecidos e a melhoria da qualidade do ar.
Lei	1843	19/07/1991		Estadual	Regulamentada pelo Decreto Estadual 22.599/96 e pela Portaria Conjunta DETRAN-RJ-FEEMA 39/08. Proíbe a comercialização e utilização de "SPRAYS" que contenham clorofluorcarbonos (CFC) como propelentes dá outras providências.
Lei	126	10/05/1977		Estadual	Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora, estendendo, a todo o Estado do Rio Janeiro, o disposto no Decreto-lei nº 112, de 12 de agosto de 1969, do ex-Estado da Guanabara, com as modificações que menciona. Alterada pela Lei 6.410/13.
Lei	2539	19/04/1996		Estadual	Institui o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa de I/M), destinado a promover a redução da poluição atmosférica por meio do controle da emissão de poluentes pelos veículos em circulação. Institui o Certificado de Aprovação de Emissões do Veículo. Regulamentada pelo Decreto Estadual 22.599/96 e pela Portaria Conjunta DETRAN-RJ-FEEMA 39/08.
Lei	2661	27/12/1996		Estadual	Disciplina o lançamento de esgotos sanitários em corpos d'água (inclusive em mar por emissários submarinos), no Estado do Rio de Janeiro. Determina que o lançamento na rede de esgotos será objeto de regulamentação pelo poder público. Proíbe o lançamento, em corpos d'água do Estado do Rio de Janeiro, de substâncias separadas por sistemas de esgotos sanitários/lodos.
Lei	3007	09/07/1998		Estadual	Estabelece os níveis mínimos de tratamento de esgotos sanitários antes do seu lançamento em corpos d'água. Dispõe sobre o transporte, queima e armazenamento de resíduos tóxicos, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei	3239	02/08/1999		Estadual	Dispõe sobre a Política de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Condiciona o uso dos recursos hídricos à autorização do órgão competente. Alterada pelas leis 4.247/03 e 8.538/19. Regulamentada pelo Decreto 43.029/11.
Lei	3373	24/03/2000		Estadual	Proíbe o uso de substância denominada ascarel no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	3467	14/09/2000		Estadual	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pelas Leis 5.502/09 e 5.690/10. Regulamentada pela Resolução Conjunta SEAS/INEA 57/21.
Lei	4191	30/09/2003		Estadual	Dispõe sobre a Política de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro. Alterada pelas Leis 6.805/14, 8.298/19, 8.525/19 e 9.046/20.
Lei	3975	01/10/2002		Estadual	Estabelece normas para o uso de agentes extintores em Sistemas de Segurança Contra Incêndios.
Lei	3972	24/09/2002		Estadual	Dispõe sobre o uso, a produção, o consumo; o comércio, o transporte interno, o armazenamento, o destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos e de seus componentes e afins e, bem assim, o controle, inspeção e fiscalização.
Lei	466	21/10/1981		Estadual	Dispõe sobre o Zoneamento Industrial na Região Metropolitana.
NORMAM - Norma da Autoridade Marítima	303	21/03/2022		Federal	Estabelece as Normas da Autoridade Marítima para Obras e Atividades Afins em Águas sob Jurisdição Brasileira - NORMAM 303/DPC. Aprovada pela Portaria DPC 103/23. Alterada pela Portaria DPC 157/25.
Portaria	3	03/07/2001	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Disciplina o Plano de Corte para exploração de florestas plantadas vinculadas a projetos incentivados e daqueles comprometidos com a reposição florestal obrigatória. Dispõe que o Plano de Corte deve ser previamente aprovado pelo IBAMA.
Portaria	50	17/04/1998	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Determina que os pedidos de exploração de florestas plantadas incentivadas e de florestas comprometidas com a reposição florestal obrigatória sejam submetidos à prévia aprovação da Superintendência do IBAMA. Revoga a Portaria IBAMA 107/97.
Portaria	85	17/10/1996	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Determina que as empresas possuidoras de frota própria de transporte de carga e de passageiros com veículos movidos a diesel adotem um Programa Interno de Autofiscalização e Correta Manutenção da Frota.
Portaria	124	20/08/1980	Ministério do Interior (MINTER)	Federal	Proíbe a instalação de indústrias potencialmente poluidoras e de construções ou estruturas que armazenam substâncias capazes de causar poluição hídrica a uma distância mínima de 200 metros de cursos d'água. Obriga à instalação de dispositivos de contenção em locais de armazenamento de substâncias poluidoras.
Portaria	53	01/03/1979	Ministério do Interior (MINTER)	Federal	Estabelece normas para disposição de resíduos sólidos. Proíbe a utilização do solo como destinação final de resíduos. Alterada pela Resolução CONAMA 05/93.
Portaria	319	15/08/2003	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Estabelece os requisitos mínimos quanto ao credenciamento, registro, certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento profissional de auditores ambientais para execução de auditorias ambientais previstas na Lei Federal 9.966/00 e na Resolução CONAMA 306/02. Alterada pela Portaria MMA 192/11.
Deliberação	1839	04/05/1993	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Estabelece os critérios para o licenciamento de Estruturas de Apoio a Embarcações de Pequeno e Médio Portes como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.
Instrução Normativa	141	19/12/2006	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Dispõe sobre o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva, definida como a que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública. Revoga a Instrução Normativa IBAMA 109/06.
Deliberação	192	28/05/1981	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova e manda publicar os seguintes Métodos FEEMA: MF-402 R1 (Método de Coleta de Amostras de Efluentes Líquidos Industriais), MF- 439-R1 (Método para Determinação da Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO) e MF-512-R1 (Determinação da Velocidade Média de Gás em Chaminés).
Portaria	118	15/10/1997	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Normaliza o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre com fins econômicos e industriais. Define criadouro como a área dotada de instalações capazes de possibilitar o manejo, a reprodução, a criação ou recria de animais pertencentes à fauna silvestre brasileira. Revoga a Portaria IBAMA 132/88. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 14/14.
Lei	11445	05/01/2007		Federal	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Fica determinado que, a partir de 12.07.2021, as novas edificações condominiais deverão adotar padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária. Altera as leis 6.766/79, 8.036/90, 8.666/93, 8.987/95 e revoga a Lei 6.528/78. Alterada pelas leis 12.862/13, 13.308/16, 13.312/16, 13.329/16, 14.026/20, 14.546/23, 14.600/23, 15.012/24 e 15.112/25. Regulamentada pela Portaria 788/24.
Deliberação	4886	25/11/2007	CECA - Conselho Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a DZ 215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária. Estabelece exigências para o lançamento esgotos sanitários gerados em indústrias, atividades comerciais e canteiros de obras com sistema de tratamento independente no Estado do Rio de Janeiro. A Resolução CONEMA 90/21 revoga todas as disposições da norma referentes aos padrões de lançamento de esgoto sanitário, devendo ser consultada para esse fim.
Deliberação	4887	25/09/2007	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a DZ - 205.R-6 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Industrial. Estabelece exigências para o lançamento de efluentes líquidos industriais e para os esgotos sanitários gerados pelas indústrias, quando tratados em conjunto com os efluentes industriais, no Estado do Rio de Janeiro.

Portaria Conjunta	39	04/01/2008	DETRAN - Departamento de Trânsito	Estadual	Dispõe sobre os procedimentos e critérios de controle de emissão de gases poluentes no licenciamento anual de veículos/ Condiciona a obtenção do documento comprobatório do licenciamento anual à prévia aprovação do veículo em teste de emissão de gases poluentes/ Revoga a Portaria Conjunta DETRAN/ FEEMA 17/02
Resolução	396	03/04/2008	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre a classificação e estabelece diretrizes ambientais a serem adotadas pelos órgãos públicos competentes para o enquadramento, a prevenção e o controle da poluição das águas subterrâneas.
Decreto	41310	15/05/2008		Estadual	Concede prazo de 60 dias para os condomínios e edificações do Estado do Rio de Janeiro se conectarem à rede de esgoto das operadoras dos serviços de saneamento básico, a contar do recebimento de notificação que informe sobre a disponibilidade da rede de esgoto na área de sua localização. Determina que a validade das licenças ambientais concedidas para as Estações de Tratamento de Esgotos já existentes esgota-se no prazo de 60 dias contados do recebimento de notificação.
Resolução	398	11/06/2008	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre o Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, refinarias, estaleiros e instalações similares. Revoga a Resolução CONAMA 293/01.
Decreto	6514	22/07/2008		Federal	Regulamenta a Lei 9.605/98, que dispõe sobre o crime ambiental, no que se refere às infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Dispõe sobre o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Revoga o Decreto 3.179/99. Alterado pelos decretos 6.686/08, 6.695/08, 7.029/09, 7.404/10, 7.497/11, 7.640/11, 7.719/12, 9.179/17, 9.760/19, 10.198/20, 10.936/22, 11.080/22, 11.373/23 e 12.189/24.
Lei	11442	05/01/2007		Federal	Dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de carga realizado por terceiros, assim como os mecanismos de sua operação e sua responsabilidade no transporte. Institui o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Regulamentada pela Resolução ANTT 3.056/09. Revoga a Lei 6.813/80. Alterada pelas leis 12.249/10, 12.667/12, 13.103/15, 14.206/21, 14.440/22 e 14.599/23. Alterada pela Medida Provisória 1.153/22
Resolução	303	23/06/2005	Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)	Federal	Autoriza o Enfermeiro registrado no Conselho de Classe a emitir, assinar e assumir a Responsabilidade Técnica do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS. Exige a emissão do Certificado de Responsabilidade Técnica - CRT.
Resolução	401	04/11/2008	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado. Determina aos usuários, a devolução do produto, após o seu esgotamento energético, aos comerciantes, fabricantes, importadores ou distribuidores. Nota lus: conforme ofício anexo, retirado do site oficial do IBAMA, este órgão não é uma das instituições anuentes para pilhas e baterias junto ao Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex) do Ministério da Economia, logo, não realiza aprovação das Licenças de Importação desses produtos. Revoga a Resolução CONAMA 257/99. Alterada pela Resolução CONAMA 424/10.
Decreto	3856	29/12/1980		Estadual	Regulamenta a cobrança da Taxa de Serviços Estaduais, relativa à Prevenção e Extinção de Incêndio, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	92	05/11/2008	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro, visando identificar, prevenir e reverter processos de superexploração, poluição e contaminação
Resolução	10	08/01/2009	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a IT-1849, R-1 – Instrução técnica para requerimento das Licenças Ambientais de Estações Rádio Base de telefonia móvel celular. Estabelece os procedimentos e os documentos necessários a serem apresentados ao órgão ambiental, pelas operadoras, para requerimento das licenças ambientais de Estações Rádio Base (ERB) de telefonia móvel celular. Revoga tacitamente a Deliberação CECA 4.956/08.
Resolução	9	08/01/2009	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a DZ-1848, R-1 - Diretriz para o licenciamento ambiental de Estações Rádio Base de telefonia móvel celular. Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de Estações Rádio Base (ERB) de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal-SMP e Serviço Móvel Especializado - SME). Revoga tacitamente a Deliberação CECA 4.956/08
Deliberação	3622	24/04/1997	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Aprova a NT-1005.R-21 - Praguicidas e suas Concentrações Permitidas para a Utilização em Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas. Aplica-se a serviços de controle de vetores e pragas urbanas no âmbito domissanitário, excluindo-se hortas domésticas e jardins. Não se aplica a Campanhas de Saúde Pública.
Lei	1587	14/12/1989		Estadual	Proíbe a fabricação, comercialização e a instalação de pára-raios que utilizam substâncias ou materiais radioativos como princípio de funcionamento, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	5438	17/04/2009		Estadual	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Rio de Janeiro - TCFARJ. Determina a apresentação do relatório das atividades exercidas no ano anterior até o dia 31 de março de cada ano. Alterada pelas Leis 5.629/09 e 7.421/16.
Lei	11934	05/05/2009		Federal	Dispõe sobre os limites de exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa de radiofrequências até 300 GHz (trezentos gigahertz), visando proteger à saúde e do meio ambiente. Altera a Lei 4.771/65. Alterada pelas leis 13.116/15 e 14.173/21.

Portaria	444	11/12/2008	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Determina a exigência do Certificado de Verificação do Cronotacógrafo, por ocasião da inspeção de Veículos Rodoviários para o Transporte de Produtos Perigosos, realizada pelo INMETRO. Alterada pela Portaria INMETRO 368/09
Lei	1361	06/10/1988		Estadual	Regula a estocagem, o processamento e a disposição final de resíduos industriais tóxicos.
Portaria	339	06/04/2004	SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Estadual	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para cadastro, visando à regularização dos usos de recursos hídricos, superficiais e subterrâneas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Lei	5541	17/09/2009		Estadual	Disciplina a comercialização e o descarte de óleo lubrificante usado ou contaminado e de filtros de óleo do motor.
Portaria	11	30/01/1995	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Proíbe, nas regiões listadas no artigo 1º, qualquer fonte de iluminação que ocasione intensidade luminosa superior a Zero LUX, numa faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa-mar até 50m acima da linha de maior pré-a-mar do ano (maré de sizígia). Visa a proteção e manejo das tartarugas marinhas existentes no Brasil.
Resolução	923	13/11/2009	Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	Federal	Estabelece procedimentos e responsabilidades do médico veterinário e do zootecnista em relação à biossegurança no manuseio de microorganismos e de animais domésticos, silvestres, exóticos e de laboratório, inclusive os geneticamente modificados.
Resolução	72	29/12/2009	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Aprova o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional e embarcações que por eles transitam. Revoga as resoluções ANVISA/RDC 217/01 e 89/07. Alterada pelas Resoluções ANVISA/RDC 08/10, 10/12, 91/16, 125/16, 373/20 , 746/22, 796/23 e 817/23.
Lei	5208	14/03/2008		Estadual	Institui medidas de prevenção e combate à dengue no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	21	07/05/2010	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a DZ-056-R.3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental Compulsória. Lista as tipologias obrigadas a realizar auditorias ambientais e institui as modalidades Auditoria Ambiental de Controle e Auditoria Ambiental de Acompanhamento. Regulamenta a Lei 1.898/91, que obriga à realização de auditorias ambientais. Revoga a Deliberação CECA 3.427/95 (DZ 56-R-2).
Lei	5732	27/05/2010		Estadual	Determina que as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente são responsáveis pela lavagem dos uniformes de seus empregados. Determina que o tratamento dos efluentes resultantes da lavagem de uniformes obedeça à legislação vigente de proteção ao meio ambiente. Nota lus Natura: a listagem de agentes nocivos está contemplada no Decreto 3.048/99, anexo IV.
Portaria	329	02/09/1985	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Proíbe a comercialização, o uso e a distribuição dos produtos agrotóxicos organoclorados, destinados à agropecuária.
Lei	12305	02/08/2010		Federal	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, e define as responsabilidades dos geradores e do poder público. A norma não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica. Regulamentada pelos decretos 7.404/10, 11.300/22, 7.429/24 e 12.451/25. Alterada pela Lei 14.026/20 e 15.088/25.
Deliberação	15	27/09/2010	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Disciplina o gerenciamento de embalagens plásticas usadas de óleo lubrificante e a responsabilidade compartilhada entre geradores, fabricantes, produtores, importadores, distribuidores, revendedores, recicladores e o poder público na logística reversa.
Resolução	430	13/05/2011	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina as condições, os parâmetros, os padrões e as diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos d'água receptores, em redes coletoras e em emissários submarinos. Obriga ao automonitoramento dos efluentes gerados e à apresentação anual da Declaração de Carga Poluidora.
Instrução Normativa Conjunta	1	27/05/2011	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Estabelece as áreas e períodos de restrição para as atividades de exploração e produção de óleo e gás, incluindo as etapas de levantamentos de dados sísmicos, perfuração de poços petrolíferos, instalação ou lançamento de dutos para escoamento de óleo, gás e água de produção, instalação de unidade de rebombeio de óleo, gás e água de produção e sondagens geotécnicas marinhas, em áreas prioritárias para a conservação de tartarugas marinhas na costa brasileira.
NORMAM - Norma da Autoridade Marítima	602	31/07/2009		Federal	Estabelece as Normas da Autoridade Marítima para Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS) - NORMAM 602. Aprovada pelas Portarias DHN 22/23 e 24/23. Nota lus: a Portaria DHN 22/23 alterou a numeração e a organização da NORMAM 26, não houve alteração no conteúdo da norma.
Deliberação	4511	01/10/2004	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Obriga o requerente do licenciamento da lavra de água à manutenção da vegetação existente ou à recomposição da vegetação degradada, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	37	21/07/2011	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Condiciona a retirada de documentos do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) à entrega de cópias das devidas publicações em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e/ou jornal de grande circulação no Estado, de acordo com a especificidade do caso.
Portaria	424	26/10/2011	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Estabelece procedimentos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários e às companhias docas que já estejam implantados e em operação sem licença ambiental, excetuadas as obras de ampliação e as atividades de dragagem.
Portaria Interministerial	425	26/10/2011	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Secretaria Especial de Portos (SEP)	Federal	Estabelece o termo de referência de Relatório de Controle Ambiental (RCA) para regularização portuária. Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP) de portos e terminais portuários marítimos que estejam implantados e em operação sem licença ambiental. Excetua-se do Programa as obras de ampliação e as atividades de dragagem. Fixa em 28.01.2012 o prazo limite para adesão ao PRGAP e 25.02.2012 o prazo para que seja firmado termo de compromisso com o IBAMA.

Resolução	860	16/12/2011	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Outorga aos usuários listados na Tabela A1 o direito de uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União da bacia do Rio Paraíba do Sul, para as finalidades que indica. Revoga a Resolução ANA 564/09. Alterada pela resoluções ANA 351/12, 598/12, 419/13, 1.159/13, 1.306/13, 1.397/13, 22/15, 445/15, 992/15, 1.906/17, 612/17 e 302/18.
Resolução	50	27/02/2012	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece procedimentos para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde. Institui o Código Florestal.
Lei	12651	25/05/2012		Federal	Regulamenta as áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal, define regras gerais sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a prevenção dos incêndios florestais. Revoga a Lei 4.771/65. Regulamentada parcialmente pelo Decreto 7.830/2012. Alterada pelas medidas provisórias 571/12, 724/16 e 759/16. Alterada pelas leis 12.727/12, 13.295/16, 13.335/16, 13.465/17, 13.887/19, 14.285/21, 14.406/22, 14.595/23, 14.653/23, 14.932/24, 14.944/24 e 15.042/24 .
Instrução Normativa	5	09/05/2012	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Disciplina procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos. Estabelece competência ao IBAMA pelo desenvolvimento, implantação e operação do Sistema Nacional de Transporte de Produtos Perigosos a ser disponibilizado até 10.05.2014. Vigência da norma a partir de 09.06.2012. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 07/13.
Portaria	3	17/04/2012	DER - Departamento de Estradas e Rodagem	Estadual	Proíbe a circulação de determinados veículos de passageiros, de carga, de competição, de tração e especiais na RJ-163, Trecho Capelinha - Visconde de Mauá, no Estado do Rio de Janeiro.
Deliberação	23	15/06/2012	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece a documentação necessária para abertura de processo administrativo no INEA para obtenção de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro para empresas transportadoras de água (carro-pipa) que utilizem fontes alternativas de águas superficiais e/ou subterrâneas.
Lei	6332	11/10/2012		Estadual	Determina a ampliação das áreas de permeabilidade do solo urbano, com plantio de novas espécies arbóreas e manutenção permanente das espécies existentes no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	454	01/11/2012	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece diretrizes gerais e procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional e a sua disposição final para fins de implantação, aprofundamento, manutenção ou ampliação de canais hidroviários, da infraestrutura aquaviária dos portos, terminais e outras instalações portuárias, públicos e privados, civis e militares, ou dragagens para outros fins. Revoga a Resolução CONAMA 344/04. Nota lus: a norma não se aplica às dragagens para fins de mineração.
Resolução	44	14/12/2012	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Obriga à apresentação de relatório de identificação da eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos nos requerimentos de licenciamento ambiental no Estado de Rio de Janeiro. Não se aplica às atividades de postos de serviços de abastecimento de combustíveis.
NORMAM - Norma da Autoridade Marítima	204	26/03/2013		Federal	Estabelece as Normas de Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações e Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM 204. Aprovada pela Portaria DPC 194/25. Nota lus: a Portaria DPC 94/23 alterou a numeração e a organização da NORMAM 8, não houve alteração no conteúdo da norma. Alterada pelas portarias DPC 65/13, 113/23, 163/25, 181/25 e 194/25.
Lei	12815	05/06/2013		Federal	Disciplina a exploração de portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Define as competências da administração do porto organizado e estabelece obrigações relacionadas ao trabalho portuário. Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II, a ser implantado pela Secretaria de Portos da Presidência da República e pelo Ministério dos Transportes. Revoga as leis 8.630/93 e 11.610/07. Alterada pelas Leis 14.047/20, 14.273/21 e 14.301/22.
Resolução	72	26/06/2013	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece critérios e procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre em áreas de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental sujeita ao licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	180	10/12/2010		Municipal	Estabelece medidas para evitar a instalação e proliferação dos vetores causadores da dengue no Município de São João da Barra - RJ.
Resolução	457	25/06/2013	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais e também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade de os animais serem libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, por meio do Termo de Depósito de Animal Silvestre (TDAS) ou do Termo de Guarda de Animal Silvestre (TGAS). Revoga a Resolução CONAMA 384/06.
Lei	6635	18/12/2013		Estadual	Disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos hospitalares e dos serviços de saúde no Estado do Rio de Janeiro. Cria cadastro para geradores desses resíduos. Revoga a Lei 3.316/99.
NORMAM - Norma da Autoridade Marítima	501	30/01/2014		Federal	Estabelece Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos (LH) - NORMAM 501. (2ª revisão). Define procedimentos para autorização e controle dos Levantamentos Hidrográficos (LH) realizados, em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), por órgão ou entidade não pertencente à Marinha Brasileira. 1ª Revisão aprovada pela Portaria DHN 09/14, revogada pela Portaria DHN 159/17. 2ª Revisão aprovada pela Portaria DHN 159/17, revogada pela Portaria DHN 05/21. 2ª Revisão aprovadas pela Portaria DHN 19/23, que remunera a norma para a NORMAM 501. Alterada pela Portaria DHN 19/23. Revoga as portarias DHN 09/14 e 159/17.

Resolução	3259	30/01/2014	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Disciplina a fiscalização e o procedimento sancionador em matéria de competência da ANTAQ. Revoga a Resolução ANTAQ 987/08. Alterada pela Resolução ANTAQ 06/16, 78/22 e 90/22.
Lei	6890	18/09/2014		Estadual	Determina a auto vistoria quinenal de segurança nas instalações de gás das unidades residenciais e comerciais do Estado do Rio de Janeiro. A vigência da norma se inicia em 18.03.2015. Norma parcialmente regulamentada pela Instrução Normativa AGENERSA 48/15.
Instrução Normativa	14	03/10/2014	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece prazo para recadastramento de toda pessoa física e jurídica autorizada junto ao IBAMA nas categorias de uso e manejo de fauna silvestre que indica. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 17/14.
Instrução Normativa	15	06/10/2014	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui o Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo IBAMA. O SIEMA deverá ser utilizado, a partir de 05.01.2015: - Quando as atividades do responsável pelo acidente forem licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA; - Nos casos em que o IBAMA deve ser comunicado da ocorrência de um acidente ambiental, conforme imposição de legislação específica; - Em caso de licenciamento estadual ou municipal em que haja acordo de cooperação firmado previamente entre órgão licenciador ou competente com o IBAMA; - Caso a comunicação de acidentes ambientais tenha sido exigida no processo de licenciamento ou autorização ambiental.
Decreto	45031	10/11/2014		Estadual	Regulamenta a Lei 6.441/13, que cria o Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários no Estado do Rio de Janeiro. Institui o Sistema de Controle Informatizado de Monitoramento de Agrotóxicos.
Portaria	444	17/12/2014	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Revoga os decretos 15.251/90, 15.810/90 e 16.305/90. Institui a "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção", que trata de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres e indica o grau de risco de extinção de cada espécie. Não se aplica para peixes e invertebrados aquáticos. Determina que as espécies constantes da Lista classificadas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) ficam protegidas de modo integral, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização. Revoga a Instrução Normativa MMA 03/03. Alterada pela Portaria MMA 148/22. Repristinada pela Portaria MMA 354/22.
Resolução	465	05/12/2014	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos. Revoga a Resolução CONAMA 334/03.
Portaria	445	17/12/2014	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui a "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". Determina que as espécies constantes da Lista classificadas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) ficam protegidas de modo integral, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização. Revoga a Instrução Normativa MMA 05/04. Alterada pelas portarias MMA 98/15, 163/15, 217/17, 73/18 e 148/22. Repristinada pela Portaria MMA 354/23.
Resolução	92	24/10/2014	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 16 (NOP-INEA-16), para emissão de comprovante de execução de serviços por empresas de controle de vetores e pragas urbanas, jardinagem profissional, capina química e de limpeza e de higienização de reservatórios de água, estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	95	24/10/2014	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 20 (NOP-INEA-20), que estabelece critérios para utilização e preenchimento do Relatório de Acompanhamento das Atividades de Empresas – RAAE especializadas no controle de vetores e pragas urbanas, assim como as prestadoras de serviços de capina química, jardinagem profissional e também aquelas que realizam tratamentos fitossanitários, estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	94	24/10/2014	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 22 (NOP-INEA-22), para concessão do Certificado de Registro para Comercialização de Agrotóxicos e Afins (CRCA) para empresas de comercialização de agrotóxicos (fitossanitários, desinfestantes domissanitários de uso profissional e produtos afins) sem depósito no Estado do Rio de Janeiro, atestando a viabilidade ambiental e autorizando a prestação do serviço.
Resolução	100	18/11/2014	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 21 (NOP-INEA-21), para concessão de Certificado Ambiental de Cadastro de produtos saneantes desinfestantes domissanitários de uso profissional, herbicidas de uso não agrícola, produtos de uso veterinário e outros biocidas autorizando a comercialização, o transporte, o armazenamento ou a utilização em áreas urbanas do Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	105	07/01/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 24 (NOP-INEA-24), que disciplina o licenciamento ambiental das atividades de transporte rodoviário de produtos perigosos no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura 1: não se aplica aos produtos perigosos classe 1 (explosivos) e classe 7 (materiais radioativos), da Resolução ANTT 420/04.
Resolução	103	07/01/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Nota lus Natura 2: não se aplica às instalações de apoio (bases operacionais) destinadas ao estacionamento, manutenção e abastecimento de veículos da frota do empreendimento licenciado.
Resolução	110	26/03/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Disciplina o procedimento para concessão de Autorização Ambiental de funcionamento para continuidade de empreendimento ou atividade na vigência de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.
Deliberação	218	25/09/2014	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)	Federal	Aprova a Norma Operacional 17 (NOP-INEA-17) para concessão de Autorização Ambiental para a prestação de serviços de capina química no Estado do Rio de Janeiro. Estabelece os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, implementados a partir de 01.01.2015. Define os usos considerados insignificantes. Revoga as deliberações CEIVAP 41/05, 64/06 e 65/06.

Deliberação	33	28/04/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Institucional NOI-INEA-14, que fixa a metodologia para cálculo do índice de qualidade de operação de estação de tratamento de despejos industriais (IQETDI) no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	831	14/07/2006	Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	Federal	Determina que a Responsabilidade Técnica pelos laboratórios, exames laboratoriais e emissão de laudos necessários ao exercício da medicina veterinária deve ser exercida por profissional médico veterinário, inscrito no Conselho Regional da sua área de atuação.
Resolução	112	17/04/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 28 (NOP-INEA-28), que disciplina o licenciamento das atividades de coleta e transporte rodoviário dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura 1: estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as empresas que exercem atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de RSS, independente da localização geográfica e da base operacional e da destinação final a ser dada ao resíduos transportado. Nota lus Natura 2: não se aplica às instalações destinadas ao armazenamento de resíduos, ao apoio à frota, ao transporte interestadual de RSS e aos resíduos do Grupo C da Resolução CONAMA 358/05. Alterada pela Resolução INEA 246/22
Resolução	113	17/04/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 26 (NOP-INEA-26), que disciplina o licenciamento ambiental das atividades de coleta e transporte rodoviário de resíduos perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe II A e II B), no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura 1: estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as empresas que exercem atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classe II A e II B), independente da localização da base operacional. Nota lus Natura 2: não se aplica às instalações destinadas ao armazenamento de resíduos, apoio à frota e ao transporte interestadual de resíduos classe I e II de acordo com a ABNT NBR 10004. Alterada pela Resolução INEA 246/22.
Resolução	114	17/04/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 27 (NOP-INEA-27), que disciplina o licenciamento ambiental das atividades de coleta e transporte rodoviário de Resíduos da Construção Civil - RCC, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura 1: estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as empresas que exercem atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de resíduos da construção civil, independente da localização geográfica da base operacional. Nota lus Natura 2: não se aplica às instalações destinadas ao armazenamento de resíduos, de apoio à frota e ao transporte interestadual de resíduos da construção civil. Alterada pela Resolução INEA 246/22.
Resolução	472	27/11/2015	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar. Revoga a Resolução CONAMA 269/00.
Portaria	883	19/01/2016	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Define instruções a serem adotadas para a regularização de imóveis ou estabelecimentos de risco diferenciado, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: são classificados como de risco diferenciado os imóveis ou estabelecimentos que atendam, simultaneamente, os critérios relacionados no art. 3º.
Resolução	4262	31/07/2015	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece critérios e procedimentos para a outorga de autorização para transporte aquaviário nas modalidades de cabotagem ou longo curso, ou para operar nas navegações de apoio marítimo e de apoio portuário. Revoga parcialmente a Resolução ANTAQ 2.510/12.
Lei	7313	14/06/2016		Estadual	Cria o sistema de descarte e coleta dos filtros de cigarros e demais subprodutos decorrentes de seu consumo, a ser implementado por indústrias, empresas distribuidoras e vendedoras e para o comércio varejista de produtos fumíferos do Estado do Rio de Janeiro. Proíbe a disposição de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e de quaisquer outras áreas e logradouros de acesso público.
Lei	7355	14/07/2016		Estadual	Obriga a realização do serviço particular especializado em prevenção e combate a incêndio e de atendimento em serviços de emergências setoriais denominados Brigadas de Incêndio (BI) por Bombeiro Profissional Civil (BPC), no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	13	10/10/2016	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Disciplina o registro, junto à ANTAQ, para construção, exploração e ampliação de instalações de apoio ao transporte aquaviário, localizadas fora da área do porto organizado, estabelece as obrigações para a prestação de serviço adequado e define as respectivas infrações administrativas. Fixa prazo até 06.10.2017 para que as instalações de apoio ao transporte aquaviário obtenham o registro. Revoga a Resolução ANTAQ 12/16. Alterada pelas resoluções ANTAQ 5.105/16 e 57/21.
Resolução	62	08/08/2014	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a NOP-INEA 15. Estabelece os critérios e procedimentos relativos ao cadastramento e monitoramento de Áreas de Soltura de Animais Selvagens (ASAS), no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	7599	24/05/2017		Estadual	Obriga à instalação de equipamentos de tratamento e reutilização de água nas indústrias com 100 ou mais empregados, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	60	03/02/2016	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Proíbe a utilização do ingrediente ativo Procloraz em produtos agrotóxicos.
Lei	359	27/03/2015		Municipal	Disciplina o uso e o parcelamento do solo urbano no Município de São João da Barra - RJ. Revoga a Lei 34/91.
Lei	7634	23/06/2017		Estadual	Determina que os grandes geradores de resíduos sólidos (os que produzem mais de 180 L / dia de resíduos sólidos) devem destinar, prioritariamente, o material reciclável para associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis – que devem estar cadastradas no órgão ambiental. Obriga supermercados ou estabelecimentos comerciais de idêntica finalidade a instalar pontos de entrega voluntária para o retorno de embalagens recicláveis, que serão destinadas para associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.
Deliberação	11	25/09/2017	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Disciplina a implementação de sistemas de Logística Reversa e os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Possibilita a instituição de entidade gestora para implementar o sistema e cuidar de sua operação e administração. Disciplina os acordos setoriais e as metas e cronogramas de implementação dos sistemas.

Resolução	482	03/10/2017	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina a utilização da técnica de queima controlada emergencial como ação de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar.
Lei	7806	12/12/2017		Estadual	Estabelece diretrizes para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	79	07/03/2018	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a NOP-INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Resíduos - Sistema MTR, no Estado do Rio de Janeiro. Estabelece a metodologia do Sistema MTR, de forma a subsidiar o controle dos resíduos sólidos gerados, transportados e destinados. Revoga a Deliberação CECA 4.497/04.
Resolução	222	28/03/2018	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Entrou em vigor em 25.09.2018, quando revogou a Resolução ANVISA/RDC 306/04.
Portaria	1	22/03/2018	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SEAPPA)	Estadual	Estabelece os prazos para a inclusão de dados no sistema informatizado integrado de monitoramento de agrotóxicos, no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Portaria SEAPPA / SDA 03/18.
Lei	13647	09/04/2018		Federal	Determina que todos os banheiros destinados ao público, localizados em prédios públicos ou privados, que forem construídos a partir de 10.04.2018 devem ter equipamentos mecânicos ou eletrônicos para evitar o desperdício de água, sob pena de não obterem Habite-se.
Lei	7957	15/05/2018		Estadual	Obriga os estabelecimentos comerciais à priorizarem o uso de canudos e copos reutilizáveis ou fabricados com produtos biodegradáveis, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: a norma entrou em vigor em 14.07.2018.
Lei	8090	30/08/2018		Estadual	Proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação, venda, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos e no mar, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contém microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (PP), poliacetal (Delrin ou POM), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (Poliamida ou PA) ou similares, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	480	25/11/1975		Estadual	Regulamenta o Decreto-Lei 230/75, que estabelece normas de controle de insetos e roedores nocivos à saúde.
Decreto	24643	10/07/1934		Federal	Institui o Código de Águas. Dispõe sobre as águas públicas em relação aos seus proprietários e ao seu aproveitamento.
Decreto	2870	10/12/1998		Federal	Promulga a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo. Estabelece para navios, portos e oleodutos um Plano de Emergência em caso de poluição por óleo. Convenção aprovada pelo Decreto Legislativo 43/98.
Instrução Normativa	1	14/07/2000	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA para concessão de registro de dispersantes químicos empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.
Resolução	303	20/03/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente. Revoga a Resolução CONAMA 04/85. Revogada pela Resolução CONAMA 500/20. Nota lus Natura: a Resolução CONAMA 500/20 teve seus efeitos suspensos, em decisão liminar, através das ADPFs 747, 748 e 749, com a imediata restauração da vigência e eficácia das resoluções CONAMA 284/01, 302/02 e 303/02. Nota lus Natura 1: publicada decisão na ADPF 748, em 30.05.2022, que julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA 500/20, com a imediata manutenção da vigência e eficácia da Resolução CONAMA 303/03.
Resolução	281	12/07/2001	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Regulamenta a aplicabilidade da Resolução CONAMA 06/86, que aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
Resolução	407	09/08/1996	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Permite que os órgãos ambientais estabeleçam modelos de publicação específicos. Obriga o uso de placas de identificação do exercício profissional de Engenheiros e Arquitetos, de acordo com o art. 16 da Lei 5.194/66.
Resolução	302	20/03/2002	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente situadas ao redor de reservatórios artificiais. Institui para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público a obrigação de apresentar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno. Revogada pela Resolução CONAMA 500/20. Nota lus Natura: a Resolução CONAMA 500/20 teve seus efeitos suspensos, em decisão liminar, através das ADPFs 747, 748 e 749, com a imediata restauração da vigência e eficácia das resoluções CONAMA 284/01, 302/02 e 303/02. Nota lus Natura 1: publicada decisão na ADPF 748, em 30.05.2022, que julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA 500/20, com a imediata manutenção da vigência e eficácia da Resolução CONAMA 302/02.
Instrução Normativa	4	21/06/2000	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Estabelece procedimentos para a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União.
Deliberação	2333	28/05/1991	CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Disciplina o Sistema de Credenciamento de Laboratórios para realização de análises químicas e biológicas de interesse para o controle da qualidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	7661	16/05/1988		Federal	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Regulamentada pelo Decreto 5.300/04. Alterada pelas leis 14.714/23 e 15.190/25.
Lei	2060	28/01/1993		Estadual	Nota lus: as alterações promovidas pela Lei 15.190/25 entram em vigor em 04.02.2026. Proíbe, no Estado do Rio de Janeiro, a incineração do lixo hospitalar não esterilizado para evitar o lançamento de substâncias tóxicas na atmosfera.
Lei	1898	26/11/1991		Estadual	Dispõe sobre as Auditorias Ambientais Compulsórias. Regulamentada pelo Decreto 21.470/95 e pela Resolução CONEMA 21/10.
Lei	2061	28/01/1993		Estadual	Proíbe o despejo em vazadouros de lixo, de resíduos originários da rede hospitalar, casas de saúde, Clínicas Médicas, Odontológicas, Ambulatórios e Posto de Assistência Médica.
Lei	2001	29/04/1992		Estadual	Obriga a realização de serviços de desinsetização em estabelecimentos que lidem com produtos alimentícios.
Lei	3009	13/07/1998		Estadual	Proíbe a disposição de resíduos em locais públicos, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	427	19/10/2005	SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Estadual	Estabelece a aplicação de penalidades pecuniárias em razão da falta de pagamento pelo uso de recursos hídricos, no Estado do Rio de Janeiro.

Portaria	100	14/07/1980	Ministério do Interior (MINTER)	Federal	Estabelece padrões da escala Ringelmann como limite para as emissões de fumaça preta de veículos movidos a diesel.
Portaria	555	01/02/2007	SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas	Estadual	Regulamenta o Decreto 40.156/06, que estabelece os procedimentos a serem observados para a regularização do uso de água subterrânea e de água superficial nas áreas dotadas de serviços de abastecimento público no Estado do Rio de Janeiro - RJ.
Decreto	40156	17/10/2006		Estadual	Estabelece os procedimentos a serem observados para a regularização do uso de água subterrânea e de água superficial nas áreas dotadas de serviços de abastecimento público e as condições para cooperação mútua entre a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e os prestadores de serviço de abastecimento público.
Deliberação	707	12/09/1985	CECA - Conselho Estadual de Controle Ambiental	Estadual	Institui o Sistema de Credenciamento de Laboratórios particulares destinados à realização de análises químicas e biológicas de interesse para o controle da qualidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro.
Convênio	38	07/07/2000	Ministério da Fazenda (MF)	Federal	Exige o cadastramento de Laboratórios de Análises Ambientais no órgão ambiental competente.
Resolução	17	17/12/2009	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Dispõe sobre o documento a ser utilizado na coleta e transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado e disciplina o procedimento de sua coleta, transporte e recebimento.
Resolução	452	02/07/2012	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Alterado pelo Convênio CONFAP/ICMS 17/10.
Instrução Normativa	1	25/01/2013	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Aprova a DZ-1601.R-0, diretriz para o licenciamento ambiental de empreendimentos de silvicultura econômica de pequena e média escalas.
Lei	6441	30/04/2013		Estadual	Estabelece procedimentos de controle da importação de resíduos, em consonância com a Convenção da Basileia sobre o Controle da Movimentação Transfronteiriça de Resíduos Perigosos e seu Depósito, objeto do Decreto Federal 875/93.
Decreto	8033	27/06/2013		Federal	Revoga as resoluções CONAMA 23/96, 238/98 e 244/98.
Decreto	92267	03/01/1986		Federal	Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP) e define os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e à prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.
Instrução Normativa	2	10/07/2015	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Cria o Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários.
Resolução	69	16/12/2015	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Proíbe o comércio de mudas e sementes não certificadas no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto-Lei	5	15/03/1975		Estadual	Regulamenta a Lei 12.815/13, que disciplina a exploração de portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.
Resolução	115	14/05/2015	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Revoga os decretos 4.391/02 e 6.620/08.
Resolução	76	14/12/2017	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Alterado pelos decretos 8.071/13, 8.464/15, 9.048/17 e 10.672/21.
Portaria	1007	04/09/2018	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Aprova o Sistema de Balizamento Marítimo, Região "B", da Associação Internacional de Sinalização Náutica - IALA, a ser utilizado no balizamento marítimo e de águas interiores do Brasil.
Instrução Normativa	8	22/04/2014	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Revoga os decretos 88.264/83, 88.671/83 e 46.914/59.
Lei	13724	04/10/2018		Federal	Disciplina a supressão de vegetação e a captura, o transporte, o armazenamento, a guarda e manejo de espécimes da fauna, no âmbito do licenciamento ambiental, e a supressão de vegetação em caso de uso alternativo do solo, que envolvam espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção.
					Aprova as diretrizes para o procedimento simplificado de licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades classificados como baixo impacto ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
					Institui o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.
					Cria a Taxa de Serviços Estaduais, que inclui a Prevenção e Extinção de Incêndio.
					Alterado pelas leis 7.504/16 e 9.507/21.
					Nota lus: os arts. 135-D a 135-H foram declarados inconstitucionais pela ADI 7.063.
					Aprova a NOP-INEA 29.
					Estabelece parâmetros para a uniformização das informações relativas às atividades de extração mineral, utilizando formulário, com preenchimento obrigatório, para ser entregue ao órgão ambiental por ocasião do requerimento de licença ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
					Aprova a Revisão 1 da NOP-INEA-13, que estabelece os procedimentos de avaliação do estado de manutenção dos sistemas de controle de emissão dos veículos automotores do ciclo Diesel em uso, executados durante o licenciamento anual pelo DETRAN, no Estado do Rio de Janeiro.
					Revoga a Resolução CONEMA 65/14.
					Fixa os prazos de pagamento da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, referente ao exercício 2018, no Estado do Rio de Janeiro.
					Estabelece requisitos e critérios para a utilização do documento de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, além de informações mínimas obrigatórias.
					Revoga a Instrução Normativa MAPA 01/01.
					Alterada pela Instrução Normativa MAPA 49/19.
					Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte visando a melhoria das condições de mobilidade urbana, a ser implementado nos municípios cuja população seja superior a 20 mil habitantes.
					Permite participação da iniciativa privada mediante contrato ou parceria público-privada.
					Alterada pela Lei 14.729/23.

Resolução	700	28/09/2018	Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	Federal	Aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação. Define métodos de avaliação da exposição humana a "campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 8,3 kHz e 300 GHz (CEMRF)", associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação. Determina que os limites de exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação e por terminais de usuários são os recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conforme estabelecido na Lei 11.934/09. E, enquanto não forem estabelecidas novas recomendações, serão adotados, para fins de avaliação da exposição humana a CEMRF, os limites propostos pela Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante (ICNIRP), detalhados em ato específico da superintendência responsável pela administração do uso do espectro radioelétrico. Estabelece que os resultados da avaliação da exposição humana a CEMRF deve ser submetido para a ANATEL via relatório de conformidade, por meio de inclusão em seu banco de dados, não sendo necessária sua manutenção nas dependências da estação. Determina que, uma vez comprovado o não atendimento ao disposto no Regulamento, o responsável pela estação deve adotar, imediatamente, medidas provisórias ou a interrupção de seu funcionamento, para garantir a segurança de trabalhadores e da população em geral e essas medidas devem persistir até que a situação seja regularizada e um novo relatório de conformidade seja elaborado. Revoga a Resolução ANATEL 303/02. Nota lus: a norma entra em vigor em 30.01.2019. Alterada pela Resolução ANATEL 779/25.
Lei	4945	20/12/2006		Estadual	Disciplina o armazenamento de gás liquefeito de petróleo - GLP. Estabelece capacidades de armazenamento em instalações compatíveis com a capacidade nominal total dos recipientes transportáveis de GLP.
Lei	8135	18/10/2018		Estadual	Institui a campanha de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	204	24/10/2018	CERHI - Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Estadual	Homologa o valor do Preço Público Unitário - PPU para todos os usuários de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: Vigência a partir de 01.01.2019, momento em que revoga tacitamente a Resolução CERHI 161/16.
Resolução	215	22/11/2018	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	Federal	Institui parâmetros e ações articuladas para a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos. Recomenda que as empresas atuem como indutoras da política de direitos de crianças e adolescentes, elaborando, no âmbito interno, compromissos corporativos visando a prevenção, o controle e a reparação de violações de direitos de crianças e adolescentes decorrentes da instalação e operação dos empreendimentos naquilo que derem causa, contribuir em ou mantiverem conexão por suas relações comerciais.
Resolução	158	27/11/2018	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Institui o Programa de Proteção e Recuperação de Mananciais - denominado Pacto pelas Águas e define as ações e os instrumentos para o alcance de seus objetivos, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	165	05/12/2018	Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)	Federal	Estabelece a aprovação tácita quanto aos pleitos de pós-registro para a inclusão de embalagens em registros de agrotóxicos, seus componentes e afins, de uso agrícola, bem como para os pleitos de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins, de uso não-agrícola, e para os pleitos de Registro Especial Temporário (RET) para produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, de uso não agrícola.
Decreto	42	17/12/2018		Estadual	Regulamenta o Decreto-Lei 247/75, e disciplina o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: vigência a partir de 24.06.2019, momento em que revoga os decretos 897/76, 35.671/04, as resoluções SEDEC 109/93, 124/93, 142/93, 169/94, 180/99, 279/05, 300/06 e 31/13. Alterada pelo Decreto 46.925/20.
Instrução Normativa	26	18/12/2018	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelecer os parâmetros e procedimentos para monitoramento ambiental da aplicação de dispersantes químicos no mar. Nota lus Natura: A norma entrará em vigor em 20.12.2019.
Resolução	496	07/12/2018	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Obriga os empreendimentos utilizadores de fauna doméstica e silvestre, nativa e exótica, terrestre e aquática, que possuam Biólogo como responsável técnico, a se registrarem junto ao Conselho Regional de Biologia - CRBio.
Resolução	205	16/10/2018	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Aprova a atualização do Preço Público Unitário da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
Lei	8288	14/01/2019		Estadual	Cria o Selo Estadual "Bicho a Salvo" a ser conferido a todas as empresas e instituições que não utilizem animais em experimentos científicos de qualquer natureza, no Estado do Rio de Janeiro.
Instrução Normativa	6	13/02/2019	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Disciplina as especificações técnicas a serem observadas para fins de registro emergencial de produtos herbicidas à base dos ingredientes ativos triclopir e glifosato, para uso emergencial no controle da espécie exótica invasora algaroba (Prosopis juliflora) na faixa de domínio do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF.
Resolução	171	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional - NOP-INEA-37.R-0, que estabelece critérios, definições e condições para outorga de direito de uso de recursos hídricos superficiais no Estado do Rio de Janeiro. Revoga as Portarias SERLA 567/07 e 462/06. Revoga a Resolução INEA 162/18.
Resolução	172	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional - NOP-INEA-38.R-0, que estabelece critérios, definições e condições para outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	173	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional - NOP-INEA-39.R-0, que estabelece critérios, definições e condições para elaboração do Relatório de Avaliação Hidrogeológica.
Resolução	174	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional - NOP-INEA-40.R-0, que estabelece critérios, definições e condições para concessão de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	177	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprovar a Norma Operacional - NOP-INEA-43.R-0 – Critérios e Procedimentos para Perfuração de Poços Tubulares do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução	178	27/03/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional 44 (NOP-INEA-44.R-0), para tamponamento de poços tubulares e poços manuais, no Estado do Rio de Janeiro. Estabelece os critérios e procedimentos necessários para Autorização Ambiental para tamponamento junto ao INEA. Norma aplicável aos requerimentos de tamponamento de poços tubulares e/ou manuais existentes no Estado do Rio de Janeiro, por qualquer motivo. Não se aplica aos poços de monitoramento, porém sua construção deve seguir as normas técnicas em vigor. Revoga a Resolução INEA 133/15.
Resolução	61	22/03/2019	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Estabelece critérios para indicação da responsabilidade técnica referente a projetos, obras e serviços, no âmbito das atividades do técnico industrial em documentos, placas, peças publicitárias e outros elementos de comunicação. Alterada pela Resolução CFT 70/19.
Resolução	58	22/03/2019	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Define as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais em Edificações e dos Técnicos Industriais em Construção Civil. Alterada pelas Resoluções CFT 108/20 e 205/22.
Portaria	235	22/09/2014	Diretoria de Portos e Costas (DPC)	Federal	Adota normas para a coleta de amostras, controle de umidade e reconhecimento de laboratórios de testes para embarques de minérios classificados como Grupo A nos termos do Código Internacional Marítimo de Cargas Sólidas a Granel – IMSBC Code, em portos e terminais no território nacional.
Resolução	417	27/03/1998	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Disciplina o enquadramento das empresas industriais obrigadas ao registro junto ao CREA, que trata os art. 59 e 60 da Lei 5.194/66.
Resolução	51	11/06/2019	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM)	Federal	Define o conceito de baixo risco para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica. Alterada pelas Resoluções CGSIM 57/20 e 59/20.
Lei	5524	05/11/1968		Federal	Disciplina o exercício da profissão de técnico industrial de nível médio. Estabelece o campo de realizações da atividade profissional e a quem o exercício da profissão é privativa. Regulamentada pelo Decreto 90.922/85 e pela Resolução CFT 74/19.
Decreto	90922	06/02/1985		Federal	Regulamenta a Lei 5.524/68, que disciplina o exercício da profissão de técnico industrial e de técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Estabelece as atribuições a serem desempenhadas pelos profissionais. Alterado pelo Decreto 10.585/20.
Resolução	74	05/07/2019	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos técnicos industriais com habilitação em eletrotécnica. Revoga a Resolução CFT 39/18. Alterada pela Resolução CFT 94/20.
Portaria	108	12/07/2019	Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP)	Federal	Institui o Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências. Nota lus Natura: A adoção do Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências, previsto no anexo da norma, ficará a critério dos Estados e do Distrito Federal.
Resolução	294	29/07/2019	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Disciplina os critérios para avaliação e classificação toxicológica, priorização da análise e comparação da ação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira. Nota lus Natura 1: Concede prazo até 29.10.2019 para a elaboração e submissão do Parecer de análise técnica da empresa - PATE aos processos que se encontram na fila de análise e para a protocolização do pleito de reclassificação toxicológica dos produtos registrados de que trata o art.51 desta norma.
Resolução	183	12/07/2019	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece a inexistência de licenciamento ambiental de ponto de entrega voluntária (pev) de logística reversa, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	296	29/07/2019	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Disciplina as informações toxicológicas obrigatórias que devem constar em rótulos e bulas de agrotóxicos, afins e preservativos de madeira. Adota as diretrizes de rotulagem do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).
Instrução Normativa	34	29/07/2019	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Estabelece e dá publicidade à lista de componentes não autorizados para uso em agrotóxicos e afins. Nota lus Natura: concede prazo, até 31.01.2022, para a alteração das formulações que contenham componentes descritos na Lista, prevista no Anexo da norma, de componentes não autorizados para uso em agrotóxicos e afins.
Resolução	2080	31/07/2019	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Divulga a reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução ANVISA 294/19, baseada nos critérios definidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	1	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 1-01 Procedimentos administrativos para regularização e fiscalização. Define os procedimentos necessários para tramitação de processos de regularização de edificações ou áreas de risco, junto ao Corpo de Bombeiros Militar, no que tange às medidas de segurança contra incêndio e pânico, regulamentadas através do Decreto Estadual 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pelas portarias CBMERJ 1.109/20, 1.151/21, 1.167/22 e 1.317/25.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	1	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 1-02 Terminologia de segurança contra incêndio e pânico. Padroniza toda a terminologia referente à segurança contra incêndio e pânico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro conforme previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	1	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 1-04 Classificação das edificações e áreas de risco quanto ao risco de incêndio. Classifica as edificações e áreas de risco quanto ao risco de incêndio conforme previsto pelo Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.

Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	1	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 1-05 Edificações anteriores - Adequação ao COSCIP. Estabelece as medidas de segurança e proteção contra incêndio e pânico para as edificações e áreas de risco anteriores, comprovadamente construídas, licenciadas ou em processo de licenciamento para construção em data anterior à vigência do Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-02 Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Fixa as condições necessárias exigíveis para dimensionamento, instalação, manutenção, aceitação/aprovação e manuseio, bem como as características, dos componentes de sistemas de hidrantes e/ou de mangotinhos para uso exclusivo de combate a incêndio em edificações conforme previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pelas portarias CBMERJ 1.120/20 e 1.317/25.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-03 Sistemas de chuveiros automáticos / sprinklers. Estabelece parâmetros técnicos para elaboração de projeto e execução da instalação de sistema de chuveiros automáticos nas edificações classificadas de acordo com o Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP), com exceção das áreas de armazenamento. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pela Portaria CBMERJ 1.120/20.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-06 Iluminação de emergência. Estabelece os requisitos mínimos exigíveis para o sistema de iluminação de emergência a ser instalado em edificações e áreas de risco fechadas, regulamentando o Decreto Estadual nº 42/2018 - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP). Garante o escape de pessoas, no caso de sinistro, de maneira eficaz e segura, assim como o controle das áreas por equipes de socorro e combate a incêndio. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pela Portaria CBMERJ 1.125/20.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-07 Sistema de detecção e alarme de incêndio. Estabelece os parâmetros técnicos visando o dimensionamento do sistema de detecção e alarme de incêndio, para os projetos de segurança contra incêndio e pânico, atendendo ao previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-08 Saídas de emergência em edificações. Estabelece critérios necessários para o dimensionamento das saídas de emergência em edificações para garantir o abandono de sua população, em caso de incêndio ou pânico, salvaguardando sua integridade física, e permitir o acesso de equipes de socorro para o combate ao fogo ou retirada de pessoas, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Alterada pela Portaria CBMERJ 1.317/25.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-10 Plano de emergência contra incêndio e pânico (PEICIP). Estabelece os requisitos exigidos para a elaboração, implantação, manutenção, revisão e aprovação do plano de emergência contra incêndio e pânico (PEICIP) das edificações e áreas de risco, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Padroniza a elaboração da planta de emergência e sua instalação nas edificações e áreas de risco conforme Decreto Estadual nº 42/2018 – COSCIP. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-11 Brigadas de incêndio. Normatiza os procedimentos para formação, treinamento e atualização de Bombeiros Civis e Brigadistas Voluntários de Incêndio, o credenciamento de Empresas Especializadas na formação, treinamento e prestadoras desses serviços, bem como o dimensionamento de Brigadas de Incêndio para atuação em edificações e eventos de reunião de público, no Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-12 Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA). Estabelece os requisitos para proteção de uma estrutura por meio de um Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e padronizar os critérios de concepção, dimensionamento e aprovação das edificações junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, regulamentando o Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pela Portaria CBMERJ 1.179/22.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-14 Controle de fumaça. Define critérios e parâmetros técnicos para implementação de sistema de controle de fumaça nas edificações, atendendo ao previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-17 Separação entre edificações. Estabelece requisitos e parâmetros de isolamento de risco nos agrupamentos para a não transmissão de fogo entre edificações, de maneira que se considerem individualmente cada edificação para fins de exigência das medidas de segurança contra incêndio e pânico, no Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.

Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-19 - Segurança estrutural contra incêndio - Resistência ao fogo dos elementos de construção. Estabelece os requisitos a serem atendidos pelos elementos estruturais e de compartimentação que integram as edificações, quanto aos Tempos Requeridos de Resistência ao Fogo (TRRF), para que, em situação de incêndio, seja evitado o colapso estrutural prematuro, com vistas a possibilitar a saída segura das pessoas e o acesso do Corpo de Bombeiros para as operações, no Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Atualizada pela Portaria CBMERJ 1.280/24. Alterada pela Portaria CBMERJ 1.317/25.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-20 Controle de materiais de acabamento e de revestimento. Estabelece os requisitos a serem atendidos pelos materiais de acabamento e de revestimento empregados nas edificações, visando que a ocorrência do incêndio não propicie a propagação do fogo e o desenvolvimento de fumaça, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-01 Cozinha profissional. Estabelece os requisitos de prevenção e proteção contra incêndio aplicáveis em ambientes destinados a cozinha profissional, de forma a minimizar os riscos e danos decorrentes de incêndios no sistema de exaustão, através da normalização das instalações, manutenção preventiva e corretiva, do impedimento de propagação a outros ambientes, e da possibilidade de extinção de incêndio, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-03 Motores de energia em edificações e áreas de risco. Estabelece requisitos de segurança contra incêndio e pânico visando estabelecer procedimentos de análise e fiscalização, com relação aos projetos que contemplem centrais de geração de energia elétrica, por grupo motorizador abastecido por óleo diesel, nas diversas edificações e áreas de risco, observando-se as condições de armazenamento do óleo diesel, afastamentos previstos, controle de vazamento e demais medidas de segurança, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19. Alterada pela Portaria CBMERJ 1.317/25.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-04 Subestações elétricas. Estabelece requisitos contra incêndio em subestações elétricas, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – COSCIP, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-05 Caldeiras e vasos de pressão. Estabelece requisitos básicos para a segurança contra incêndio e pânico nos aspectos relacionados a caldeiras a vapor e a vasos de pressão, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-06 Armazenagem de líquidos inflamáveis e combustíveis. Estabelece requisitos referente à segurança contra incêndio e pânico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	4	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 4-08 Pátios para armazenagens diversas. Estabelece os requisitos para as medidas de segurança contra incêndio e pânico nas áreas de pátios de armazenagem diversas descobertas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, regulamentando o Decreto Estadual nº 42/2018 - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	4	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 4-10 Canteiro de obras. Estabelece os requisitos de Segurança Contra Incêndio e Pânico para regularização de canteiros de obras junto ao CBMERJ, regulamentando o Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Resolução	526	04/09/2019	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Disciplina a atuação do biólogo no manejo, gestão, pesquisa e conservação in situ da fauna e de substâncias oriundas de seu metabolismo. Regulamenta a atuação e a responsabilidade técnica do Biólogo em atividades que envolvam a fauna nativa, exótica, silvestre, naturalizada, doméstica ou geneticamente modificada e de substâncias oriundas de seu metabolismo em condição in situ.
Lei	8533	25/09/2019		Estadual	Obriga os prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado de estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgoto ou disporem de sistema próprio de coleta e tratamento de seu esgoto, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	38	23/09/2019	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Regulamenta o Sistema de Outorga Eletrônica - SOE. Institui procedimentos para Requerimento Eletrônico de Outorga de Autorização para prestação de serviço nas navegações de competência da ANTAQ. Nota lus Natura: a obrigatoriedade de uso do Sistema de Outorga Eletrônica - SOE ocorrerá após 22.03.2020.

Portaria	1071	27/08/2019	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Aprova as Notas Técnicas (NTs) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), regulamentando o Decreto 42/18, que dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP), no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	12608	10/04/2012		Federal	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil. Cria o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC. Estabelece ações para a Administração Pública para adotar medidas preventivas contra desastres. Disciplina a elaboração de Plano de Contingência ou documento correlato como condicionante para emissão de licença ambiental de instalação, para empreendimentos que envolvam risco de desastre. Revoga tacitamente a Medida Provisória 547/11. Alterada pela Lei 14.750/23.
Decreto	10088	05/11/2019		Federal	Consolida os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal, que promulgam convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pela República Federativa do Brasil.
Decreto	46890	23/12/2019		Estadual	Disciplina o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental (SELCA), no Estado do Rio de Janeiro. Revoga o Decreto 44.820/14. Alterado pelos decretos 47.141/20 e 47.550/21.
Resolução	198	17/12/2004	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Define as modalidades de profissionais da área Química e obriga o seu registro junto ao Conselho Regional de Química - CRO.
NORMAM - Norma da Autoridade Marítima	224	10/12/2019		Federal	Estabelece as Normas da Autoridade Marítima para implantação e operação de Sistemas para determinação de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha (FDAQ). Aprovada pela Portaria DPC 100/23. Alterada pela Portaria DPC 160/25.
Instrução Normativa	1	29/01/2020	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Regulamenta os procedimentos de conversão de multas ambientais nos moldes do inciso I do artigo 142-A do Decreto Federal 6.514/08.
Instrução Normativa	3	29/01/2020	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Regulamenta os procedimentos de conversão de multas ambientais nos moldes do inciso II do art. 142-A do Decreto Federal 6.514/08.
Decreto	41318	26/05/2016		Estadual	Institui o Mecanismo de Compensação Energética (FCE), que visa ampliar o uso de fontes de energia renovável, combater o aquecimento global e reforçar a oferta energética no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: será admitida a compensação energética mediante a formação de consórcio de empresas, bem como via o estabelecimento de contratos de parceria público-privadas (PPP).
Portaria	76	18/02/2020	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais para o triênio 2020 a 2023, visando a prestação de serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Disponível documento que baliza a aplicação da conversão de multas em serviços ambientais. Disciplina sobre o Termo de Adesão à Conversão da Multa - TACM.
Resolução	221	29/01/2020	CERHI - Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Estadual	Estabelece procedimentos para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, sua renovação, alteração, transferência, desistência, suspensão e revogação em corpos d'água sob domínio do Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Resolução CERHI 09/03.
Portaria	80	19/03/2020	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Suspende, até 31.04.2020, os prazos de processos novos ou já existentes e orienta o peticionante a efetuar protocolos por meio eletrônico.
Decreto	37	14/05/2019		Municipal	Regulamenta o IPTU VERDE, no Município de São João da Barra - RJ.
Lei	518	19/04/2018		Municipal	Obriga à limpeza de terrenos abandonados, no Município de São João da Barra - RJ.
Decreto	39	31/03/2020		Municipal	Modifica as datas de vencimento da cota única e das parcelas do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo para o exercício de 2020, altera a data de vencimento da terceira parcela das Taxas constantes no inciso I do art. 95 da Lei Municipal 577/18 para o exercício de 2020, prorroga o prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa e dispõe sobre os prazos administrativos e sobre as atividades de fiscalização oriundos da Secretaria Municipal de Fazenda em razão da pandemia decorrente do COVID-19.
Lei	34	30/12/2003		Municipal	Institui o Código de Posturas do Município de São João da Barra - RJ. Estabelece normas sobre higiene pública e polícia sanitária.
Portaria	1103	17/04/2020	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Prorroga os prazos de pagamento da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio referente ao exercício de 2019, estabelecidos pela Portaria CBMERJ 1.96/20, no Estado do Rio de Janeiro.
Nota Técnica	24	20/04/2020	Secretaria de Estado da Saúde (SES); Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)	Estadual	Estabelece orientações para o gerenciamento de resíduos decorrentes da atenção à saúde de indivíduos com suspeita ou confirmação de contaminação por coronavírus no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	86	31/10/2019	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Estabelece quais profissionais estão habilitados a atuar no âmbito de elaboração e execução de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio perante o Corpo de Bombeiros. Alterada pela Resolução CFT 100/20.
Ato Declaratório	104	20/11/2017	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Estabelece a venda livre de produtos caracterizados exclusivamente como adjuvantes, sem necessidade de qualquer autorização do MAPA.

Portaria	280	29/06/2020	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, como ferramenta de gestão e documento de declaração nacional de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Regulamenta os arts. 56 e 76 do Decreto Federal 7.404/10, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/10. Estabelece a obrigatoriedade da utilização do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR será obrigatória em todo território nacional, pelos geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, previsto na Lei 12.305/10. Nota lus 1: a partir de 2021, os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme art. 20 da Lei 12.305/10, devem reportar, até 31 de março, informações complementares às já declaradas no Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, referentes ao ano anterior, para elaboração e envio do Inventário Nacional de Resíduos Sólidos. Nota lus 2: a Portaria MMA 1.376/25 prorrogou até 15.05.2025 o prazo para elaboração e envio do Inventário Nacional de Resíduos Sólidos, após o período de prorroga da norma, reestabelece o prazo original para cumprimento posterior.
Resolução	102	25/06/2020	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Define as atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Geologia.
Resolução	103	15/07/2020	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos técnicos industriais com habilitação em saneamento.
Lei	8953	30/07/2020		Estadual	Classifica as atividades consideradas de baixo impacto que podem ser exercidas sem a necessidade de qualquer ato público de liberação, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	476	08/06/2018	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Regulamenta a atuação, as atividades e a responsabilidade técnica do Biólogo em estabelecimentos, empreendimentos, projetos e demais atividades, que mantenham espécies em condição ex situ, do reino Animalia, filo Chordata, subfilo Vertebrata, da fauna nativa, exótica ou doméstica, atuando em atividades como manutenção, manejo, gestão, utilização, reprodução, pesquisa, ensino, conservação e exposição ao público.
Resolução	480	10/08/2018	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Estabelece normas regulatórias para a atuação do Biólogo em Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora, incluindo o Inventário Florestal; o Projeto Técnico de Recuperação da Flora - PTRF e o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD e atividades correlatas.
Resolução	1073	19/04/2016	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Regulamenta as atribuições de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREA.
Resolução	1121	13/12/2019	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Disciplina o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia. Fixa procedimentos para o registro de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que se organizem para executar obras ou serviços que envolvam o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREA. Altera a Resolução CONFEA 1.066/15. Revoga as resoluções CONFEA 209/72, 266/79, 336/89 e 413/97. Regulamentada pela Decisão Normativa CONFEA 117/23.
Resolução	371	30/09/2009	Conselho Federal de Administração (CFA)	Federal	Disciplina a habilitação do administrador para o exercício de funções de planejamento, programação, coordenação e controle ou ser membro de equipe multidisciplinar em estudo de impacto ambiental.
Lei	8994	31/08/2020		Estadual	Suspende os prazos para atendimento das exigências ambientais conforme critério técnico adotado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a iniciar a contagem dos prazos em até 30 dias, após o término do estado de calamidade em decorrência do COVID-19. A dilatação do prazo não se aplicará, sob nenhuma hipótese, aos empreendimentos e atividades sujeitos a EIA/RIMA, às atividades consideradas poluentes que possam oferecer danos à saúde humana, mortandade de animais, destruição da flora, de acordo com a legislação vigente, baseada nos padrões estabelecidos pelos organismos ambientais brasileiros. Suspende, excepcionalmente durante o período em que perdurar a crise em virtude da pandemia do coronavírus (COVID -19), o prazo de renovação para as licenças vencidas.
Resolução	300	07/12/2012	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outras atividades profissionais nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção.
Portaria	156	31/10/2000	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Estabelece requisitos que devem ser atendidos para apresentação de projetos de de Segurança Contra Incêndio e Pânico; de projetos de canalizações ou redes preventivas e redes; de projetos de Sistemas de Proteção Contra Descargas; de projetos de detecção de incêndio e/ou dispositivos de alarme de incêndios; e de projetos de exaustão mecânica para cozinhas, pressurização de escadas e condicionamento de ar, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	1120	22/09/2020	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Aprova a versão 02 da Nota Técnica (NT) 2-01 e altera as NTs 2-02, 2-03 e 2-04 do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro. Revoga NT 2-01, aprovada pela Portaria CBMERJ 1.071/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	22/09/2020	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-01 Sistema de proteção por extintores de incêndio. Estabelece os requisitos exigíveis para projeto, dimensionamento e instalação de extintores de incêndio portáteis e sobre rodas, em edificações e áreas de risco, para combate a princípio de incêndio, conforme previsto no Decreto Estadual no 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.120/20 Revoga a NT CMBERJ 2-01/19.

Resolução	499	06/10/2020	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Disciplina o licenciamento dos fornos rotativos para produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos. Nota lus Natura 1: estabelece os seguintes fundamentos para o processo de licenciamento: I - Estudo de Viabilidade de Queima - EVQ; Licença Prévia (LP). II - Plano de Teste em Branco - PTB; Licença de Instalação (LI). III - Relatório de Teste em Branco - RTB; Licença de Instalação (LI). IV - Plano de Teste de Queima - PTQ; Licença de Operação (LO). V - Relatório de Teste de Queima - RTQ; Licença de Operação (LO). Nota lus Natura 2: para a inclusão de resíduos à Licença de Operação, fica dispensada a apresentação do EVQ, PTB, RTB, PTQ e RTQ, desde que comprovado que se tratam de resíduos equivalentes aos licenciados. Nota lus Natura 3: esta resolução não se aplica a resíduos radioativos, explosivos e de serviços de saúde, ressalvados os medicamentos, resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas. Nota lus Natura 4: os seguintes materiais estão excluídos dos critérios de licenciamento desta resolução: combustíveis tradicionais, carvão mineral, gás natural, óleos combustíveis, briquetes de carvão, coque de petróleo e coques residuais da gaseificação de carvão, metanol, etanol e moinha de carvão. Revoga a Resolução CONAMA 264/99.
Resolução	110	08/10/2020	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais em Meio Ambiente.
Resolução	111	08/10/2020	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Define as atribuições do Técnico Industrial em Eletrônica. Disciplina a regularização das atividades realizadas por Técnico Industrial em Eletrônica.
Lei	9058	15/10/2020		Estadual	Disciplina o descarte de máscara de proteção individual, bem como demais equipamentos de proteção individual, por cidadãos em vias e logradouros públicos, bem como estabelece a devida destinação e lixo domiciliar, no Estado do Rio de Janeiro.
Nota Técnica	2	21/10/2020	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-16 Acesso de viaturas em edificações. Estabelece os critérios para o acesso e estacionamento de viaturas, visando viabilizar o emprego operacional do CBMERJ nos eventos de salvamento e combate a incêndios no Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.125/2020.
Lei	9055	08/10/2020		Estadual	Revoga a Nota Técnica CBMERJ 2-16/19.
Instrução Normativa	24	18/11/2020	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Obriga o controle e tratamento do chorume nos sistemas de destinação final de resíduos sólidos, vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários, bem como a remediação de vazadouros, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	5310	14/11/2008		Federal	Disciplina os procedimentos de atividades de ouvidoria e de pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ibama.
Lei	9112	25/11/2020		Estadual	Revoga a Instrução Normativa IBAMA 88/06.
Lei	5310	14/11/2008		Estadual	Institui o “Selo Amigos dos Animais” no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei 9.102/20.
Lei	9112	25/11/2020		Estadual	Disciplina a obrigatoriedade da manutenção de unidade de equipes de brigada profissional, compostas por Bombeiro Civil, nos estabelecimentos que especifica, no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: norma em vigor desde 26.11.2020, produzindo seus efeitos a partir de 24.02.2021.
Resolução	1374	02/12/2020	Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	Federal	Disciplina a responsabilidade técnica das atividades clínico-laboratoriais, que realizam exames de diagnose em animais, no que tange às instalações, equipamentos e condições gerais de funcionamento. Exige a elaboração do PGRSS - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde. Alterada pela Resolução CFMV 1.652/25.
Lei	6536	17/09/2013		Estadual	Disciplina a transparência e publicidade aos certificados de aprovação do corpo de bombeiros para funcionamento dos estabelecimentos que especifica, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	47403	15/12/2020		Estadual	Dispõe sobre a política de reuso de água para fins não potáveis e estabelece as suas diretrizes com o objetivo de viabilizar e estimular a sua prática, no Estado do Rio de Janeiro
Portaria	1136	15/12/2020	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Fixa os prazos de pagamento da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, referente ao exercício 2020, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	447	04/12/2020	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Federal	Prorroga, por tempo indeterminado, a validade dos Certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas que venham a vencer antes da conclusão dos trâmites inerentes à Audiência Pública nº 008/2020, aprovada pela Deliberação ANTT 494/20.
Resolução	581	04/12/2020	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Disciplina a competência do profissional biólogo como responsável técnico em processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Revoga a Resolução CFBio 500/19.
Resolução	1129	11/12/2020	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Define o título profissional e discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de produção e engenheiro industrial em suas diversas modalidades, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Revoga a Resolução CONFEA 288/83. Alterada pela Resolução CONFEA 1.156/25.
Portaria	78	11/01/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Revoga a Portaria IBAMA 2.231/20. Nota lus Natura: não se aplica aos atos de liberação no âmbito do Ibama a aprovação tácita prevista no art. 3º, IX, da Lei 13.874/19 e no art. 10 do Decreto 10.178/19 em virtude do disposto no art. 14, § 3º, da Lei Complementar 140/11 e art. 10, § 3º, IV e V, do Decreto 10.178/19. Nota lus Natura: enquanto não editados os atos normativos prevendo ritos simplificados para o processamento de atos públicos de liberação de atividades econômicas classificadas como risco II, as solicitações dessas hipóteses seguirão o procedimento ordinário a que submetidos aos casos definidos como risco III. Nota lus : as atividades não constantes dos Anexos consideram-se como risco III. Alterada pelas Portarias IBAMA 63/25 e 90/25.

Lei	14119	13/01/2021		Federal	Define conceitos, objetivos, diretrizes, ações e critérios de implantação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), institui o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), que dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais. Retificada em 15.01.2021. Altera as leis 8.212/91, 8.629/93 e 6.015/73. Alterada pela Lei 14.653/23.
Portaria	999	30/12/2020	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece o Índice de Qualidade do Ar (IQAr) a ser divulgado no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus Natura: os valores de concentração que classificam a qualidade do ar como "boa" são os valores recomendados pela Organização Mundial da Saúde como sendo os mais seguros à saúde humana para exposição de curto prazo.
Decreto	10623	09/02/2021		Federal	Institui o Programa adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.
Instrução Normativa	11	08/06/2005	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Aprova o regulamento técnico para registro e fiscalização de estabelecimentos que manipulam produtos de uso veterinário; o regulamento de boas práticas de manipulação de produtos veterinários; o regulamento de boas práticas de manipulação de produtos veterinários estéreis; o roteiro de inspeção para estabelecimento que manipula produtos veterinários; e a tabela de potências mínimas para manipulação de produtos veterinários homeopáticos.
Resolução	90	08/02/2021	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a NOP-INEA 45 - Critérios e padrões de lançamento de esgoto sanitário tratado. Estabelece normas, critérios e procedimentos a serem adotados para o lançamento de esgoto sanitário tratado em corpos receptores, no Estado do Rio de Janeiro. Altera DZ 215-R4 e NT 202 R10. Nota lus Natura: vigência a partir de 24.08.2021.
Decreto	47498	25/02/2021		Estadual	Cria o Programa Estadual de Segurança Hídrica - PROSEGH, como ação da Política Estadual de Recursos Hídricos, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	9195	04/03/2021		Estadual	Cria o Programa Estadual de Compostagem de Resíduos Orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei 9.735/22.
Portaria	499	22/03/2021	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	Federal	Cria o "Selo Aliança pelas Águas Brasileiras", destinado a reconhecer projetos de revitalização de bacias hidrográficas que implementam ações de conservação, preservação e recuperação ambientais que visem o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os usos múltiplos. Regulamentada pela Resolução MDR 01/21.
Portaria	51	23/03/2021	Ministério da Infraestrutura	Federal	Disciplina a exploração direta e indireta de áreas e instalações não afetas às operações portuárias pelas autoridades portuárias. Nota lus Natura: a área não afeta à operação portuária é considerada a área localizada dentro da poligonal do porto organizado que, de acordo com o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto, não é reservada ao exercício das atividades de movimentação de passageiros, movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, incluindo as de caráter cultural, social, recreativo, comercial e industrial. Esta Portaria não se aplica às administrações dos portos organizados explorados por meio de concessão. Nota lus Natura: a norma visa a oferecer autonomia para as autoridades portuárias para explorar direta ou indiretamente áreas vazias dos portos, visando novas receitas e redução de áreas ociosas. Revoga as portarias SEP 409/14 e 114/16.
Decreto	10671	09/04/2021		Federal	Promulga o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM.
Instrução Normativa Conjunta	1	12/04/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Revoga a Instrução Normativa MMA/IBAMA/ICMBIO 02/20. Alterada pela Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO 02/21.
Portaria	209	04/05/2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as condições mínimas para opacímetros de fluxo parcial. Revoga as Portarias INMETRO 60/08 e 519/14.
Portaria	213	06/05/2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Consolidado para Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32 estão fixados no Anexo I. O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para o agente redutor líquido de NOx automotivo - ARLA 32, encontra-se no Anexo II. Nota lus Natura: a publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados, sendo que, os certificados já emitidos deverão ser revisados, na próxima etapa de avaliação, para referência à Portaria. A partir de 10.11.2021, os fabricantes nacionais e importadores devem fabricar ou importar, para o mercado nacional, somente agente redutor líquido de NOx automotivo - ARLA 32 com o Selo de Identificação da Conformidade atualizado conforme layout estabelecido no Anexo II. Revoga as portarias INMETRO 139/11, 388/11 e 389/13.
Resolução Conjunta	43	29/04/2021	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Determina aos grandes geradores de resíduos sólidos a destinação prioritária de resíduos recicláveis para associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda e cadastradas junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Resolução Conjunta SEAS/INEA 29/20.
Decreto	10702	18/05/2021		Federal	Institui o Programa de Incentivo ao Transporte Rodoviário de Cargas - Programa Gigantes do Asfalto.

Portaria	224	17/05/2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Consolidado para Quinta-Roda e estabelece os Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade. Aplicável à quinta-roda para veículo rodoviário destinado ao transporte de cargas e produtos perigosos. Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Quinta-Roda estão fixados no Anexo I. O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para quinta-roda encontra-se no Anexo II. Os fabricantes e importadores de quinta-roda terão até 31.12.2021 para adequarem os seus processos, a fim de atualizarem a marca do Inmetro no Selo de Identificação da Conformidade, conforme previsto no Anexo II. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação. Revoga as portarias INMETRO 236/08, 35/10 e 239/20.
Deliberação	223	27/05/2021	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Dispõe sobre a circulação de veículos de carga destinados ao transporte e/ou armazenamento de oxigênio, cujas dimensões excedam os limites previstos na Resolução CONTRAN 210/06. Referendada pela Resolução CONTRAN 856/21.
Resolução Conjunta	47	02/06/2021	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Cria o Programa Parceiro do Verde, destinado a divulgar boas práticas e reconhecer projetos de relevante interesse ambiental que implementem voluntariamente ações para a sustentabilidade, revitalização, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	1	17/06/2021	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	Federal	Aprova o regulamento do "Selo Aliança pelas Águas Brasileiras", destinado a reconhecer projetos de revitalização de bacias hidrográficas que implementam ações de conservação, preservação e recuperação ambientais que visem o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os usos múltiplos. Aprovado pela Portaria MDR 499/21
Portaria	303	12/07/2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos de Avaliação Consolidados da Conformidade para Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. Aplicável a todos os recipientes transportáveis de aço, aço leve, plástico e plástico reforçado com selante metálico, utilizados para o transporte e/ou armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. Não se aplica aos recipientes estacionários, não transportáveis, para o armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, ou os recipientes para o transporte e/ou armazenamento de outros tipos de gases. Nota lus Natura: não se faz necessário iniciar novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação. Prazo até 31.12.2022 para os fabricantes e importadores atualizarem o layout do Selo de Identificação da Conformidade, conforme estabelecido no Anexo II. Revoga as portarias INMETRO 418/10, 74/12, 272/19, 201/20. Altera a Portaria INMETRO 258/20.
Instrução Normativa	8	20/07/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Especifica as hipóteses de obrigatoriedade de emissão da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos para o transporte interestadual dos produtos eletroeletrônicos descartados e dos resíduos eletroeletrônicos. Regulamenta parcialmente o Decreto 10.240/20. Revoga a Instrução Normativa IBAMA 24/19.
Portaria	320	23/07/2021	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade Consolidado para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos. Revoga as portarias INMETRO 141/19 e 347/08. *Nota lus Natura: os requisitos da norma se aplicam à: I - Embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos; cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume não exceda a 450 litros (inclusive); II - Embalagens grandes utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume exceda a 450 litros (inclusive), mas não exceda a 3.000 litros (inclusive); III - Contentores intermediários para graneis - IBC, utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos, cujo volume exceda a 450 litros (inclusive) e não exceda a 3.000 litros (inclusive); IV - Embalagens refabricadas utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume não exceda a 450 litros (inclusive); V - Embalagens reconicionadas utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume não exceda a 450 litros (inclusive); VI - Tanques portáteis utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos, cujo volume exceda a 450 litros (inclusive); e VII Embalagens reutilizáveis utilizadas no mercado varejista de combustíveis automotivos, cujo volume não exceda a 200 litros (inclusive).
Resolução	141	29/07/2021	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Estabelece os procedimentos e requisitos para registro de pessoas físicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais. Revoga as resoluções CFT 48/18 e 112/20. Alterada pela Resolução CFT 272/24.
Resolução	92	24/06/2021	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Estabelece os empreendimentos ou atividades que causam ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, no Estado do Rio de Janeiro. Determina que a inexistência de órgão ambiental capacitado ou de conselho municipal de meio ambiente ativo instaurará a competência supletiva do Estado para a promoção do controle ambiental. Revoga a Resolução CONEMA 42/12. Alterada pelas resoluções CONEMA 95/22 e 103/25.
Resolução	234	23/08/2021	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional (NOP-INEA-47) de procedimentos gerais para emissão e acompanhamento das Licenças Ambientais Comunicadas (LAC), no Estado do Rio de Janeiro. Lista as atividades de baixo impacto ambiental sujeitas à Licença Ambiental Comunicada (LAC).

Instrução Normativa	12	20/08/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA, obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades nos termos dos Anexos I e II. Revoga as Instruções Normativas IBAMA 10/13 e 15/15. Alterada pelas instruções normativas IBAMA 21/24 e 12/25.
Instrução Normativa	13	23/08/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, obrigatório para quem realiza: I – atividades potencialmente poluidora e utilizadoras de recursos ambientais relacionadas no anexo VIII da Lei Federal 6.938/81 e também quem, por força de normas específicas, estejam sujeitas a controle e fiscalização ambientais; II - extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente; III - extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora. Revoga as instruções normativas IBAMA 06/13, 11/18, 17/18 e 09/20. Alterada pelas instruções normativas IBAMA 08/23, 23/24 e 23/25. A alteração promovida pela IN 23/25 entra em vigor em 24.02.2026.
Portaria	386	23/08/2021	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr e o Programa Nacional Ar Puro. Nota lus Natura: o MonitorAr consiste em plataforma nacional única, hospedada pelo Ministério do Meio Ambiente e disponível por meio do endereço eletrônico http://portalmonitorar.mma.gov.br/ , que irá integrar, consolidar e disponibilizar dados atualizados gerados pelas estações de monitoramento da qualidade do ar localizadas nas Unidades Federativas.
Portaria	385	25/08/2021	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Estabelece os tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, realizados sob a autoridade da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) do Brasil. Revoga as instruções normativas MAPA 19/05 e 66/06. Alterada pela Portaria MAPA 514/22.
Portaria	2	26/08/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece e padroniza os procedimentos do processo eletrônico e gestão de documentos, processos e arquivo pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Revoga a Instrução Normativa IBAMA 02/13. Revoga a Portaria IBAMA 09/17.
Lei	9408	17/09/2021		Estadual	Institui o Programa de Reaproveitamento de Óleos Vegetais - PROVE, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	14206	27/09/2021		Federal	Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), exclusivamente digital, de geração e emissão prévias obrigatórias à execução da operação de transporte de carga no território nacional. O DT-e será documento obrigatório de registro, caracterização, informação, monitoramento e fiscalização da operação de transporte.
Resolução	198	14/05/1971	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Altera as leis 5.474/68, 8.935/94, 10.209/01, 10.833/03, 11.442/07 e 13.703/18.
Portaria	30	22/10/2021	Ministério de Minas e Energia (MME)	Federal	Obriga o uso de placas visível e legível ao público durante a execução de obras, instalações ou serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia.
Portaria	2865	18/11/2021	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	Federal	Institui o Programa de Análise de Impacto Regulatório, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Institui o Selo do Programa Bicicleta Brasil, destinado ao reconhecimento de empreendimentos, intervenções e iniciativas que incentivam o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana. A norma entrará em vigor em 01.01.2022.
Resolução	65	15/12/2021	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece procedimentos para operações com produtos perigosos em trânsito por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado. Revoga a Resolução ANTAQ 2.239/11. Alterada pela Resolução ANTAQ 102/23.
Instrução Normativa	22	22/12/2021	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Nota lus Natura 1: o período de preenchimento e entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais será de 1º de fevereiro a 31 de março de cada ano e os dados e informações a serem prestados no Relatório compreendem as atividades exercidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior. Nota lus Natura 2: o encerramento de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, de ofício ou por interesse da organização, não desobrigará responsáveis e sucessores legais do regular atendimento do preenchimento e da entrega do Relatório referente ao período de exercício das atividades sujeitas ao Relatório. Revoga as instruções normativas IBAMA 14/13, 06/14, 02/15, 09/18, 01/19, 23/19, 12/20 e 04/21. Alterada pelas instruções normativas IBAMA 27/23, 11/24 e 1/25.
Lei	871	13/12/2021		Municipal	Instiui o Código Ambiental do Município de São João da Barra - RJ. Revoga a Lei 207/12.
Decreto	47867	10/12/2021		Estadual	Institui o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais no Estado do Rio de Janeiro. Revoga o Decreto 46.268/18.
Resolução	882	13/12/2021	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitam por vias terrestres. Referenda a Deliberação CONTRAN 246/21. Revogas as resoluções CONTRAN 210/06, 211/06, 256/07, 284/08, 290/08, 318/09, 373/11, 381/11, 502/14, 520/15, 566/15, 577/16, 608/16, 610/16, 625/16, 628/16, 630/16, 635/16, 662/17, 665/17, 700/17, 702/17, 734/18, 746/18, 787/20 e 803/20. Alterada pelas resoluções CONTRAN 250/21, 899/22, 994/23 e 1.015/24. Alterada pela Deliberação CONTRAN 270/23.
Lei	14301	07/01/2022		Federal	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar). Altera a Lei 9.432/97 e Lei 10.233/01. Revoga a Lei 11.518/07, Lei 12815/13 e Lei 13848/19.

Resolução	62	30/11/2021	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece as regras sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas. A norma não se aplica aos portos organizados, instalações portuárias, terminais de uso privado, estações de transbordo de cargas, instalações portuárias públicas de pequeno porte, instalações portuárias de turismo e instalações de apoio ao transporte aquaviário. Revoga a Resolução ANTAQ 18/17. Alterada pela Deliberação ANTAQ 07/22 Alterada pelas resoluções ANTAQ 86/22, 89/22, 101/23, 108/23, 112/24 e 129/25.
Decreto	10936	12/01/2022		Federal	Regulamenta a Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Institui o Programa Nacional de Logística Reversa, integrado ao Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - Sinir e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares. Nota lus Natura: a norma se aplica a: I - responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos; e II - que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos. Altera os Decretos 6.514/08 e 10.240/20. Revoga os Decretos 5.940/06, 7.404/10, 9.177/17.
Decreto	10950	27/01/2022		Federal	Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. Fixa responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes, procedimentos e ações, com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública. Altera o Decreto 4.871/03 e o Decreto 8.127/13
Resolução	93	01/10/2021	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a NOP-INEA-48, Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos - PROCON ÁGUA no Estado do Rio de Janeiro. Revoga Deliberação CECA 1995/90.
Resolução	120	16/02/2022	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Regulamenta o Decreto 47.867/21, que institui o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais, no Estado do Rio de Janeiro. Disciplina a apreciação dos pedidos de conversão de multa em serviços de interesse ambiental ou obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do ambiente.
Portaria	58	16/02/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Consolidado. Altera as Portarias INMETRO 258/20 e 230/21. Revoga as Portarias INMETRO 05/11, 206/11, 412/11, 300/12 e 263/19. Alterada pela Portaria INMETRO 314/25.
Resolução	178	04/03/2022	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Define as atribuições e competências do Técnico Industrial em Sistemas de Energia Renovável. Obriga a emissão de TRT - Termo de Responsabilidade Técnica.
Resolução	622	09/03/2022	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Disciplina o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas. Revoga as resoluções ANVISA 52/09 e 20/10.
Deliberação	254	25/03/2022	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, no Estado do Rio de Janeiro. Ficam restabelecidos os seguintes prazos: I - para apresentação de defesa da autuação, previsto no § 4º do art. 4º da Resolução CONTRAN 619/16; II - para identificação do condutor infrator, previsto no § 7º do art. 257 do CTB, inclusive nos processos administrativos em trâmite; III - para apresentação de recursos à notificação de penalidade de multa, previstos no inciso IV do art. 11 e no art. 15 da Resolução CONTRAN 619/16; IV - para apresentação de defesa processual, previsto no § 5º do art. 10 da Resolução CONTRAN 723/18; e V - para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, previstos no § 1º do art. 15 combinado com o § 1º do art. 16 da Resolução CONTRAN 723/18. Para fins de fiscalização, ficam restabelecidos os seguintes prazos: I - para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido a partir de 29.03.2022, previsto no § 1º do art. 123 do CTB; II - para registro e licenciamento de veículos novos adquiridos a partir de 29.03.2022, previstos na Resolução CONTRAN 04/98; e III - o previsto no inciso V do art. 162 do CTB, para Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a vencer a partir de 01.04.2022 Revoga as resoluções CONTRAN 209/21 e 829/21. Referendada pela Resolução CONTRAN 971/22.
Portaria	102	22/03/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos para Consumo de Água. Estabelece prazos para fabricação e importação (01.03.2023) e para comercialização por fabricantes e importadores (01.09.2023). Revoga as portarias INMETRO 344/14, 394/14, 77/16 e 92/17.
Portaria	108	17/03/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Extintores de Incêndio. Altera as Portarias INMETRO 258/20 e 230/21. Revoga as Portaria INMETRO 486/10, 500/11 e 158/15. Alterada pela Portaria INMETRO 314/25.

Portaria	134	24/03/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos - Consolidado. Altera a Portaria INMETRO 230/21. Revoga as portarias INMETRO 175/06, 16/16, 38/18, 144/19 e 128/21.
Portaria	157	31/03/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para instrumentos de pesagem não automáticos. Revoga as portarias INMETRO 236/94, 02/95, 101/95, 33/98, 261/02, 224/05, 166/07, 266/09 e 237/12.
Resolução	661	30/03/2022	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Estabelece as Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados. Revoga a Resolução ANVISA 56/08. Alterada pela Resolução ANVISA 939/24.
Resolução	919	28/03/2022	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece as especificações para os extintores de incêndio de instalação obrigatória ou facultativa nos veículos automotores. Obriga a instalação do extintor de incêndio em veículos do tipo caminhão, caminhão-trator, micro-ônibus, ônibus e para todo veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros, do tipo e capacidade constantes da tabela do Anexo da Resolução, instalado na parte dianteira do habitáculo do veículo, ao alcance do condutor, sendo facultativa a instalação do extintor de incêndio para automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada. Revoga as Resoluções CONTRAN 157/04, 223/07, 272/08, 333/09, 516/15, 521/15, 536/15 e 556/15.
Resolução	945	28/03/2022	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga. Revoga as resoluções CONTRAN 552/15, 631/16 e 676/17.
Resolução	948	28/03/2022	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece os requisitos técnicos para o emprego de película retrorrefletiva em veículos. Nota lus Natura: excluem-se os veículos bélicos das exigências constantes na norma. Nota lus Natura 1: as películas retrorrefletivas homologadas com a inscrição "APROVADO DENATRAN" afixadas nos veículos ficam convalidadas até o final de sua vida útil, sendo concedido prazo de até 180 dias para atendimento da descrição "APROVADO SENATRAN" definida no subitem 1.3.8 do Anexo II. Revoga a Resolução CONTRAN 643/16. Alterada pela Deliberação CONTRAN 263/22.
Portaria	671	30/03/2022	Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)	Federal	Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora - NR 29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário, que estabelece as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no trabalho portuário e as diretrizes para a implementação do gerenciamento dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho alcançados pela NR. Nota lus Natura: A vigência da norma se inicia em 01.09.2022.
Decreto	11043	13/04/2022		Federal	Revoga as portarias SSST 53/97, SIT/DSST 158/06, MTE 1.895/13 e 1.080/14. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
Resolução	71	30/03/2022	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece os procedimentos para autorização de construção e exploração de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo. Revoga as resoluções ANTAQ 4.875/16, 20/18 e 6.151/18.
Lei	9679	11/05/2022		Estadual	Institui aa Campanha Estadual de Conscientização para o Descarte Correto do Lixo Eletroeletrônico de Uso Doméstico e seus Componentes, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	1167	12/05/2022	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui o Procedimento Operacional Padrão para manutenção de Fichas Técnicas de Enquadramento do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).
Resolução	958	17/05/2022	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Dispõe sobre os limites de emissões de gases e partículas pelo escapamento de veículos automotores, sua fiscalização pelos agentes de trânsito, requisitos de controle de gases do cárter e sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos. Altera a Resolução CONTRAN 916/22. Revoga as Resoluções CONTRAN 507/76, 451/13, 452/13, 624/16 e 666/17.
Resolução	75	02/06/2022	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece obrigações para a prestação de serviço adequado, bem como define as respectivas infrações administrativas, para as administrações dos portos organizados, arrendatários de áreas e instalações portuárias, operadores portuários e os autorizatários de instalações portuárias. Revoga as resoluções ANTAQ 3.274/14, 2.969/13 e 442/05. Alterada pelas resoluções ANTAQ 99/23, 109/23, 112/24 e 127/25.
Resolução	232	22/03/2022	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Federal	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022 - 2040.
Resolução	739	08/08/2022	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Proíbe o uso do ingrediente ativo Carbenfazim em produtos agrotóxicos. Estabelece prazos para as proibições relacionadas à importação, utilização, produção, comercialização e/ou exportação de produtos técnicos e formulados à base de Carbenfazim. Nota lus Natura: a norma se aplica a todos os produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo Carbenfazim atualmente registrados ou com pleito de registro no Brasil. Nota lus Natura: os produtos adquiridos por agricultores, pessoas jurídicas ou físicas, e pelas indústrias de tratamento de sementes, destinados ao uso final, poderão ser utilizados até o seu esgotamento, respeitando-se o prazo de validade do produto.
Resolução	85	18/08/2022	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece procedimentos para a elaboração e análise de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados. Revoga as resoluções ANTAQ 692/06, 1.642/10, 3.106/13, 3.220/14, 5.464/17, 7.315/19 e 7.821/20. Alterada pela Resolução ANTAQ 126/25.
Lei	14260	08/12/2021		Federal	Estabelece incentivos fiscais e benefícios a serem adotados pela União para projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem, com vistas a fomentar o uso de matérias-primas e de insumos de materiais recicláveis e reciclados. Regulamentada pelo Decreto 12.106/24. Alterada pela Lei Complementar 222/25.

Decreto	46792	14/10/2019		Estadual	Estabelece o procedimento assistido para a emissão de Certificado de Aprovação no âmbito do Corpo de Bombeiros no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus: o procedimento assistido aplica-se às edificações que possuam projeto de segurança contra incêndio e pânico elaborado nos termos do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Alterado pelo Decreto 48.097/22.
Portaria	83	13/09/2022	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui o Procedimento Operacional Padrão (POP), para o levantamento de informações, pela fiscalização, para a caracterização de dano ambiental em áreas alteradas ou degradadas por processo de supressão de vegetação nativa, sem prévia Licença/Autorização ou em desacordo com Licença/Autorização válida.
Resolução	24	16/09/2022	Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)	Federal	Disciplina a aplicações de agrotóxicos por aeronaves agrícolas e aeronaves remotamente pilotadas para mitigar riscos e evitar violações aos direitos humanos ambientais, sociais, culturais, econômicos e preservar especialmente os direitos de populações camponesas, de agricultoras/es familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais.
Portaria	263	18/10/2022	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Define critérios que incentivam o financiamento de programas e projetos que fomentem e contribuam com o aumento da sustentabilidade ambiental no setor de transportes e sistemas com motores, institui a ação Renovar Frota + Verde e cria o selo Frota + Verde.
Resolução Conjunta	69	31/03/2022	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Estabelece o procedimento para a conversão de multa ambiental com débitos inscritos em dívida ativa, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	5998	03/11/2022	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Federal	Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos realizado em vias públicas no território nacional e aprova suas instruções complementares. Revoga a Resolução ANTT 5.947/21. Alterada pelas resoluções ANTT 6.016/23 e 6.056/24. Nota lus: a Resolução ANTT 6.056/24 entra em vigor em 27.02.2025.
Portaria	514	08/11/2022	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Estabelece os procedimentos de fiscalização e de certificação fitossanitária de embalagens e suportes de madeira destinados ao acondicionamento de mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil, e dos componentes e peças de madeira utilizados para sua confecção. Altera a Portaria MAPA 385/21 Revoga a Instrução Normativa MAPA 32/15
Resolução	264	11/11/2022	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Institui o procedimento declaratório da inexistência de licenciamento ambiental para empreendimentos e atividades categorizados de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, relacionados no Anexo I, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Resolução INEA 217/21.
Resolução	97	10/11/2022	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a NOP-INEA 52, que disciplina atendimento ao Programa de Relato de Emissões de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental e composição do Cadastro Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	525	06/12/2022	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Institui o Programa Nacional de Manejo Sustentável do Solo e da Água em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro - no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Institui o selo do Programa Águas do Agro como instrumento para a valorização de territórios e propriedades agrícolas individuais que adotem práticas e tecnologias de conservação de solo e água.
Portaria	547	14/12/2022	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	Federal	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade e especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Mangueiras de Incêndio. Nota lus Natura: a norma não é aplicável para mangueiras semirrigidas denominadas mangotinhos. Revoga a Portaria INMETRO 148/15.
NR - Norma Regulamentadora	38	16/12/2022		Federal	Disciplina a Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. Estabelece os requisitos de segurança, saúde e condições de trabalho para a realização de atividades relacionadas a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Considera-se como resíduos sólidos urbanos aqueles resíduos originários das atividades de limpeza urbana, resíduos domésticos e resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, que, por decisão do titular, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que tais resíduos não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta. Aprovada pela Portaria MTP 4.101/22. Alterada pela Portaria MTE 779/25. Nota lus: a Portaria MTE 779/25 suspende, até 20.05.2026, a alínea "a" do item "38.10.7" da NR 38, que exige o uso do calçado de segurança tipo tênis aprovado, no mínimo, para proteção contra impactos de quedas sobre os tornozelos e contra agentes abrasivos, escoriantes e perfurantes, com absorção de energia na área do salto (calcanhar) e com resistência ao escorregamento.
Decreto	11300	21/12/2022		Federal	Institui o sistema de logística reversa de embalagens de vidro. Regulamenta o § 2º do art. 32 e o § 1º do art. 33 da Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nota lus Natura: a norma não se aplica: I - às embalagens de vidro de produtos regulamentados pelo Decreto 10.388/20, que institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares de uso humano vencidos ou em desuso; II - embalagens abrangidas por sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; III - embalagens abrangidas por sistema de logística reversa de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens.
Portaria	4219	20/12/2022	Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)	Federal	Altera a nomenclatura de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA nas Normas Regulamentadoras. Altera as NRs: 01, 04, 05, 06, 12, 13, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32, 34, 36 e 37. Alterada pelas Portarias MTE 225/24 e 1.065/24.

Instrução Normativa	4	20/12/2022		Municipal	Dispõe sobre o procedimento para protocolo, análise e concessão dos requerimentos de averbação dos instrumentos de controle ambiental, no Município de São João da Barra - RJ.
Instrução Normativa	5	20/12/2022		Municipal	Estabelece requisitos para elaboração do diagnóstico ambiental detalhado e relatório ambiental simplificado, no Município de São João da Barra - RJ.
Instrução Normativa	1	20/12/2022	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Municipal	Regulamenta o cadastro ambiental para obtenção de licenciamento ambiental, no Município de São João da Barra - RJ.
Instrução Normativa	2	20/12/2022		Municipal	Regulamenta o processo de publicação de licenças ambientais, no Município de São João da Barra - RJ.
Lei	9976	07/03/2023		Estadual	Cria o "Programa Praias Limpas", no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	6346	08/03/2023	DETRAN - Departamento de Trânsito	Estadual	Estabelece os procedimentos de licenciamento anual dos veículos cadastrados no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Portaria DETRAN 6.394/23.
Decreto	48354	02/02/2023		Estadual	Institui o Regulamento Geral de Logística Reversa do Estado do Rio de Janeiro. Dispõe sobre as diretrizes gerais aplicáveis à logística reversa além de estabelecer seus princípios, objetivos, instrumentos, gestão, gerenciamento e responsabilidades. Nota lus: as obrigações da norma vigorão a partir de 03.06.2023.
Resolução	1137	31/03/2023	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Regulamenta o registro, baixa, cancelamento e anulação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a emissão da Certidão do Acervo Técnico Profissional - CAT e da Certidão de Acervo Operacional - CAO. Revoga a Resolução CONFEA 1.025/09. Alterada pela Resolução CONFEA 1.160/25. Nota lus: as alterações promovidas pela Resolução CONFEA 1.160/25 entram em vigor em 17.03.2026.
Instrução Normativa	5	04/04/2023	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Federal	Estabelece as diretrizes e procedimentos para o cadastro, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de informações de rotas de fluxos de transporte de produtos perigosos, realizadas em vias públicas Federais e Estaduais. Obriga que o cadastro seja feito anualmente, entre o primeiro dia útil e o dia trinta de setembro do ano posterior ao de referência, sendo obrigatório que o expedidor preencha todos os dados solicitados pelo Sistema de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - STRPP, disponibilizado no site oficial do DNIT. Ficam dispensadas do cadastramento as rotas utilizadas para o transporte de produtos perigosos: I - Que tenham origem e destino no mesmo município, mesmo que utilizem trechos rodoviários para efetuar a rota entre estes; II - Que tenham origem e destino em municípios conurbados, mesmo que utilizem trechos rodoviários para este fim; III - Que contenham produtos perigosos que se enquadrem nas condições previstas no item 3.4.3 da Parte 3 da Resolução ANTT 5.947/21; IV - De produtos perigosos da Classe de risco 7 (radioativos); e V - Que contenham produtos de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC), os quais são regidos pela Resolução CONAMA 362/05. Revoga a Instrução Normativa DNIT 11/21.
Portaria	72	05/04/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui Orientação Técnica Normativa sobre o registro de endereço cadastral de pessoa física e jurídica no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) quando o exercício de atividade sob controle ambiental ocorrer em localização distinta.
Portaria	1206	29/11/2022	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Fixa os prazos de pagamento da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, referente ao exercício 2022, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	92	17/04/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui Orientação Técnica Normativa sobre a obrigação de inscrição de estabelecimentos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) vinculada à ação de controle aprovativa sob titularidade de matriz de pessoa jurídica. Nota lus: considera-se ações de controle e fiscalização ambiental aprovativas: o licenciamento, a autorização, a concessão, a permissão ou qualquer procedimento administrativo de órgão ambiental competente que resulte na emissão de ato aprovativo para exercício de atividades potencialmente poluidoras e de atividades utilizadoras de recursos ambientais.
Portaria Conjunta	1	10/04/2023	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA); Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)	Federal	Estabelece procedimentos a serem adotados para o registro de produtos microbiológicos empregados no controle de pragas ou como desfolhantes, dessecantes, estimuladores, inibidores de crescimento.
Instrução Normativa	19	02/06/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Revoga a Instrução Normativa Conjunta SDA/ANVISA/IBAMA 3/06. Regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Resolução	99	31/05/2023	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Regulamenta a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações em águas sob jurisdição nacional, em portos públicos e nas instalações portuárias autorizadas pela ANTAQ. Altera a Resolução ANTAQ 75/22. Revoga a Resolução ANTAQ 2.190/11. Alterada pela Resolução ANTAQ 130/25.
Instrução Normativa	16	01/06/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece critérios para a fixação da multa administrativa nos casos que envolverem agrotóxicos, seus componentes e afins.
Instrução Normativa	21	02/06/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação da conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Revoga a Instrução Normativa IBAMA 6/18. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 4/26.
Portaria	524	15/06/2023	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui e estabelece as diretrizes do Projeto Salas Verdes, com a finalidade de incentivar a implantação de espaços educadores, para atuarem como centros de informação e formação ambiental. Revoga a Portaria MMA 169/22.
Resolução Conjunta	105	05/07/2023	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Cria o Selo Prosegh, destinado a estimular pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito público e privado a promoverem projetos em prol da segurança hídrica, no Estado do Rio de Janeiro.

Instrução Normativa	9	23/08/2023	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Alterada pela Instrução Normativa ICMBio 13/26.
Resolução	5083	27/04/2016	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Federal	Aprova o Regulamento que disciplina o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres. Estabelece deveres de editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização. Revoga as resoluções ANTT 442/04, 2.689/08 e 4.633/15. Alterada pela Resolução ANTT 6.051/24.
Decisão Normativa	117	24/08/2023	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Dispõe sobre a aplicação da Resolução CONFEA 1.121/19, que disciplina o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.
Resolução	98	13/07/2023	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a revisão da NOP-INEA-03-REV03 - Credenciamento de Laboratórios. Estabelece as responsabilidades, os procedimentos e os critérios para o credenciamento de laboratório que atuam na área ambiental, realizando ensaios em água, ar, efluentes, solos e sedimentos, em atendimento ao Procon, à produção e distribuição de água para consumo humano e às demais legislações ambientais, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Resolução CONEMA 85/18.
Decreto	48668	01/09/2023		Estadual	Regulamenta os padrões de qualidade do ar, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga os decretos 44.072/13 e 45.798/16.
Lei	10115	26/09/2023		Estadual	Institui a Política Estadual do Emprego Verde, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	931	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Dispõe sobre as regras para execução das atividades de projeto, construção e operação de transvasamento de sistemas de abastecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel. Revoga as resoluções ANP 47/99 e 15/11.
Resolução	958	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP) e a sua regulamentação. Altera a Resolução ANP 825/20. Revoga as resoluções ANP 51/16 e 662/17. Alterada pela Resolução ANP 972/24.
Resolução	960	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Disciplina a autorização de operação de instalação de armazenamento de combustíveis líquidos automotivos, combustíveis de aviação, solventes, óleos lubrificantes básicos e acabados, gás liquefeito de petróleo, óleo combustível, querosene iluminante e asfaltos, e a homologação de contratos de cessão de espaço ou de carregamento rodoviário. Revoga as resoluções ANP 35/05, 30/06, 43/11 e 784/19.
Resolução	942	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Disciplina os requisitos para aquisição de autorização para o exercício da atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado. Obriga o rerrefinador a possuir autorização da ANP. Revoga a Resolução ANP 19/09. A norma entrará em vigor em 10.04.2024. Alterada pela Resolução ANP 994/26.
Resolução	943	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado. Obriga o coletor a possuir autorização da ANP. Revoga a Resolução ANP 20/09. A norma entrará em vigor em 10.04.2024. Alterada pela Resolução ANP 994/26.
Resolução	947	05/10/2023	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Regulamenta o estacionamento de veículos transportadores de recipientes transportáveis de GLP cheios, parcialmente utilizados ou vazios, no interior de imóvel onde exista área de armazenamento para recipientes transportáveis de GLP. Revoga a Resolução ANP 70/11. Nota lus: a norma não se aplica às bases de armazenamento e envasamento. A norma entra em vigor em 10.04.2024.
Portaria	1235	16/10/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	Fixa os prazos de pagamento da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, referente ao exercício de 2023, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	311	21/09/2023	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Institui o Código de Ética dos Profissionais da área da Química. Nota lus: a norma entrará em vigor em 31.03.2024. Revoga as Resoluções 927/70, 9.593/00 e 241/11.
Resolução	170	06/12/2023	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Prorroga prazos no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Prorroga outorgas e prazo para envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH. Prorroga a Resolução ANA 236/17.
Resolução	171	08/12/2023	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Institui o Novo Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.
Lei	10239	14/12/2023		Estadual	Cria o Selo Empresa Amiga do Animal, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	260	20/12/2023	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Estabelece procedimentos relativos à retificação do porte declarado pelo sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).
Resolução	247	20/12/2023	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Define as atribuições do Técnico Industrial em Meteorologia.

Lei	14785	27/12/2023		Federal	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins. Revoga as leis 7.802/89 e 9.974/00. Alterada pela Lei 15.070/24.
Resolução	324	24/11/2023	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Regulamenta o registro dos profissionais com formação inicial e continuada ou qualificação profissional na área da Química. Estabelece para efeito de fiscalização e registro os cursos de qualificação profissionais considerados como da área da química. Disciplina a atuação de Auxiliar Técnico. Revoga as Resoluções CFQ 22/69, 99/86, 128/91 e 291/20.
Instrução Normativa	16	28/12/2023	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Disciplina os procedimentos relativos à conversão de multas simples, por meio da execução direta, em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Nota lus 1: a norma entra em vigor em 01.02.2024. Nota lus 2: o mecanismo da conversão de multas ambientais não se aplica às multas resultantes de infrações que tenham provocado mortes humanas, tampouco à obrigação dos autuados de reparar os danos decorrentes da própria infração. Revoga tacitamente a Instrução Normativa ICMBio 02/18.
Portaria	167	17/01/2024	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas.
Resolução	181	19/01/2024	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Institui o reconhecimento de programas e projetos de conservação de água e solo no âmbito do Programa Produtor de Água.
Decisão Normativa	20	25/04/1986	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Estabelece regras para execução do serviço de concretagem. Fixa os procedimentos necessários ao registro, baixa, cancelamento e anulação do Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, ao registro do atestado emitido por pessoa física e jurídica contratante e à emissão da Certidão de Acervo Técnico - CAT, bem como aprovar os modelos de TRT e de CAT, o Requerimento de TRT e Acervo Técnico e os dados mínimos para registro do atestado. Revoga a Resolução CFT 40/18.
Resolução	55	18/01/2019	Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)	Federal	Estabelece as correspondências entre tipologias do licenciamento ambiental do IBAMA e as descrições do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP). Alterada pela Portaria IBAMA 184/24.
Portaria	30	14/03/2024	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui a Plataforma de Acompanhamento da Recuperação Ambiental (Recooperar) no âmbito do IBAMA. Fomenta a gestão e o acompanhamento dos dados sobre áreas degradadas ou alteradas passíveis de recuperação ambiental.
Resolução	700	20/04/2024	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Dispõe sobre a regulamentação das Áreas do Conhecimento, das Atividades Profissionais e das Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde, Biotecnologia e Produção Industrial e Educação, para efeito do exercício profissional. Revoga as resoluções CFBio 10/03 e 227/10. Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar. Estabelece o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar (MonitoAr). Disciplina o monitoramento e a avaliação da qualidade do ar e o controle das fontes poluidoras.
Lei	14850	02/05/2024		Federal	
Resolução	968	30/04/2024	Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Federal	Estabelece as especificações dos óleos diesel destinados a veículos ou equipamentos dotados de motores do ciclo Diesel e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional. Altera as resoluções ANP 828/20, 857/21, 859/21, 909/22, 920/23, 938/23, 939/23, 949/23, 950/23, 954/23, 956/23, e 959/23. Revoga as resoluções ANP 50/13 e 13/15. Nota lus 1: a norma se aplica aos óleos diesel A; A S10, C S10 e B S10; A S500 e B S500; B e C. Nota lus 2: os óleos diesel de que tratam a norma não se aplicam ao uso em motores de embarcações, tanto na propulsão como em motores auxiliares.
Portaria	1544	21/05/2024	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Aprova o 3º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas - PAN Tartarugas Marinhas. Nota lus: norma vigente até 03.06.2029. Revoga a Portaria ICMBio 435/22.
Portaria	1546	21/05/2024	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Aprova o 3º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Caatinga - PAN Aves da Mata Caatinga. Nota lus: norma vigente até 03.06.2029.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	22/11/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-05 Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Estabelece os requisitos exigíveis que devem ser satisfeitos pelo sistema de sinalização de segurança em edificações, locais onde haja concentração de pessoas e áreas de risco, no Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.239/2023. Revoga a NT CBMERJ 2-05/20.
Decreto	12063	17/06/2024		Federal	Institui o Programa Selo Verde Brasil, com o objetivo de elaborar diretrizes nacionais para a normalização e a certificação de produtos e serviços que comprovadamente atendam a requisitos de sustentabilidade.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	4	11/04/2022	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 4-05 Gás (GLP/GN) - Manipulação, armazenamento e comercialização. Estabelece os requisitos para medidas de segurança contra incêndio para os locais destinados a manipulação, armazenamento e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e gás natural (GN), regulamentando o Decreto 42/18 - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.179/22. Revoga a NT CBMRJ 4-05/19.

Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	1	22/11/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 1-03 Símbolos gráficos para projetos de segurança contra incêndio e pânico. Padroniza os símbolos gráficos a serem utilizados nos projetos de segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco, regulamentando o Decreto 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.239/23. Revoga a NTCBMRJ 1-03/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	22/11/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-04 Conjunto de pressurização para sistemas de combate a incêndio. Estabelece princípios gerais para a elaboração de procedimentos para Segurança Contra Incêndio e Pânico no tocante a bombas de incêndio definindo os requisitos mínimos necessários para o dimensionamento, seleção e instalação de conjuntos de bombas centrífugas (bomba com motor elétrico ou à explosão) para sistemas hidráulicos de combate a incêndio conforme previsto no Decreto 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.239/23. Revoga tacitamente a NT CBMRJ 2-04/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	11/04/2022	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-18 Compartimentação horizontal e vertical. Estabelece os requisitos para o uso da compartimentação horizontal e vertical, regulamentando o previsto no Decreto 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.179/22. Revoga a NT CBMRJ 2-18/19.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	3	22/11/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 3-02 Gás (GLP/GN) - Uso em edificações e áreas de risco. Define os requisitos de segurança contra incêndio e pânico para as edificações e áreas de risco abastecidas por gás natural (GN) canalizado ou centrais de gás liquefeito de petróleo (GLP), regulamentando o Decreto 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro. Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.239/23. Revoga a NT CBMRJ 3-02/19. Alterada pela Portaria CBMRJ 1.280/24.
Instrução ou Norma ou Nota Técnica do Corpo Bombeiros	2	22/11/2023	Corpo de Bombeiros Militar	Estadual	NT CBMERJ 2-13 Sistemas fixos de gases para combate a incêndio. Estabelece os requisitos para as instalações de sistema fixo de gases para combate a incêndio, regulamentando o previsto no Decreto 42/18 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP). Aprovada pela Portaria CBMERJ 1.239/23. Revoga a NT CBMRJ 2-13/19.
Decreto	12082	27/06/2024		Federal	Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular, com objetivo de incentivar o uso eficiente dos recursos naturais e das práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva. Promove a transição do modelo de produção linear para uma economia circular. Nota lus: considera-se economia circular o sistema econômico de produção que mantém o fluxo circular de recursos e associa a atividade econômica à gestão circular dos recursos, por meio da adição, retenção ou recuperação de seus valores, e que se baseia nos princípios da não geração de resíduos, da circulação de produtos e materiais e da regeneração.
Decreto	12087	03/07/2024		Federal	Institui o Programa Nacional de Florestas Produtivas, para recuperação de áreas que foram alteradas ou degradadas para fins produtivos, com vistas à adequação e à regularização ambiental da agricultura familiar e à ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade.
Resolução	295	09/05/2024	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a revisão 7 da Norma Operacional - NOP-INEA-46 de enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento e demais procedimentos de controle ambiental, no Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Resolução INEA 263/22.
Portaria	6	03/07/2024	Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (SECNSNQ)	Federal	Aprova a Norma SecNSNQ-309 - Inspeções Regulatórias realizadas pela Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade.
Resolução	506	05/07/2024	Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	Federal	Estabelece padrões nacionais de qualidade do ar e fornece diretrizes para sua aplicação. Determina que os Padrões Nacionais de Qualidade do Ar serão adotados sequencialmente, em cinco etapas e caberá ao órgão ambiental competente o estabelecimento de critérios aplicáveis ao licenciamento ambiental, observando o atendimento do padrão de qualidade do ar em vigor, conforme Anexo I, integrados ao Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR. Altera as resoluções CONAMA 5/89 e 491/18.
Resolução	706	22/06/2024	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Institui os procedimentos de estudo, registro, captura, contenção, marcação, soltura e coleta do espécime animal ou parte dele para obtenção de amostras de material biológico de animais silvestres nativos e exóticos in situ e ex situ, Revoga a Resolução CFBio 301/12 e a Portaria CFBio 148/12.
Decreto	12106	10/07/2024		Federal	Regulamenta a Lei 14.260/21, que estabelece incentivos fiscais e benefícios a serem adotados pela União para projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem, com vistas a fomentar o uso de matérias-primas e de insumos de materiais recicláveis e reciclados.
Decreto	11646	16/08/2023		Federal	Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto.
Resolução	5	26/08/2024	Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	Federal	Institui a Política Nacional de Transição Energética - PNTE, com o objetivo de orientar os esforços nacionais no sentido da transformação da matriz energética nacional para uma estrutura de baixa emissão de carbono, contribuindo para o alcance da neutralidade das emissões líquidas de gases de efeito estufa - GEE. Cria o Plano Nacional de Transição Energética - Plante, com objetivo de mapear os cenários de transição energética, de requisitos do desenvolvimento econômico e social e de neutralidade das emissões líquidas de gases de efeito estufa no Brasil. Estabelece o Fórum Nacional de Transição Energética - Fonte, como instrumento permanente e de caráter consultivo, com a finalidade de estimular, ampliar e democratizar as discussões sobre transição energética do Governo Federal junto à sociedade civil, setor produtivo e entes subnacionais.
Portaria	2968	29/08/2024	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)	Federal	Institui o Manual para Apresentação de Propostas da Ação Orçamentária 00VA - Apoio à Implantação de Tecnologias de Acesso à Água, com objetivo de ampliar a segurança hídrica e a resiliência às mudanças climáticas por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica, conforme o Programa 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre.

Resolução	922	19/09/2024	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Proíbe a fabricação, a importação, a comercialização e o uso em serviços de saúde dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio, indicados para uso em diagnóstico em saúde. A proibição não se aplicará para produtos para pesquisa, para calibração de instrumentos ou para uso como padrão de referência. Revoga a Resolução ANVISA 145/17.
Lei	14990	27/09/2024		Federal	Institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono - PHBC. Altera a Lei 14.948/24, que institui a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e estabelece o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. Alterada pela Lei 15.269/25.
Portaria	155	09/10/2024	Coordenadoria de Combate ao Contrabando e Descaminho (COREP)	Federal	Estabelece as especificações técnicas para construção de infraestrutura de canil para abrigar cães de faro em local ou recinto alfundegado. Regulamenta a Portaria RFB 143/22. Revoga a Portaria COREP 85/23.
Resolução	715	19/10/2024	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Normatiza a atuação do profissional Biólogo em Biosistemas Agrícolas.
Portaria	1	18/12/2023	Capitania dos Portos de Macaé (CPM)	Federal	Aprova a 1ª Revisão das Normas e Procedimentos para a Capitania dos Portos (NPCP) na área de jurisdição da Capitania dos Portos de Macaé (CPM). Revoga a Portaria CPM 35/23. Alterada pelas portarias CPM 88/24 e 02/25.
Lei	15022	13/11/2024		Federal	Institui o Inventário Nacional de Substâncias Químicas e a avaliação e o controle de risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional. Nota lus 1: não se aplica às substâncias previstas no artigo 3º. Nota lus 2: a norma está pendente de Regulamentação, conforme disposições dos artigos 7º e 42.
Decreto	49380	14/11/2024		Estadual	Institui o programa estadual de apoio à implantação de parques de inovação social, tecnológico e ambiental em comunidades - PROGRAMA PISTA e estabelece ações conjuntas para a promoção de um ambiente favorável à economia de impacto, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	12287	03/12/2024		Federal	Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia.
Resolução	1017	11/12/2024	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece os critérios para o registro e a circulação em vias públicas de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza e executar trabalhos agrícolas, de construção e de pavimentação, bem como de seus reboques e implementos. Nota lus 1: considera-se trator o veículo automotor construído para realizar trabalho agrícola, de construção ou de pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos, conforme definição disposta no Anexo I do CTB. Não se considera na definição de trator: I - o veículo do tipo caminhão-trator; e II - o aparelho automotor destinado a executar trabalhos de construção civil ou pavimentação em que o equipamento veicular utilizado em construção ou pavimentação é instalado em um caminhão ou caminhão-trator. Nota lus 2: equipara-se aos tratores, os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza, ou a executar trabalhos agrícolas, de construção ou de pavimentação, de que tratam os §§ 4º e 4º-A do art. 115 do CTB. Nota lus 3: aplica-se às empilhadeiras as mesmas disposições dos tratores de construção civil e pavimentação, quanto ao registro e habilitação dos condutores. Revoga as resoluções CONTRAN 587/16, 978/22 e 995/23.
Resolução	225	06/12/2024	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Federal	Define a Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN como a rede de estações hidroclógicas mantidas por instituições públicas e privadas, voltada à geração contínua de dados representativos e confiáveis sobre os recursos hídricos situados em território brasileiro, sob coordenação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.
Lei	15042	11/12/2024		Federal	Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Disciplina a oferta voluntária de crédito de carbono e a negociação dos ativos integrantes do SBCE no mercado financeiro e de capitais. Nota lus 1: a norma estabelece que a produção primária agropecuária, bem como os bens, as benfeitorias e a infraestrutura no interior de imóveis rurais a ela diretamente associados, não são considerados atividades, fontes ou instalações reguladas e não se submetem a obrigações impostas no âmbito do SBCE. Nota lus 2: para a imposição de obrigações no âmbito do SBCE, não serão consideradas emissões indiretas as decorrentes da produção de insumos ou de matérias-primas agropecuárias Altera as leis 6.015/73, 6.385/76, 12.187/09 e 12.651/12.
Portaria	1250	13/12/2024	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Estabelece os procedimentos relativos à apresentação, análise, aprovação, ao acompanhamento, ao monitoramento, à prestação de contas, e à avaliação de resultados dos projetos do mecanismo de Incentivo à Indústria e à Cadeia Produtiva da Reciclagem.
Resolução	123	17/12/2024	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Institui o Índice de Desempenho Ambiental - IDA como instrumento da ANTAQ para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias. Revoga a Resolução ANTAQ 2.650/12.
Resolução	193	27/12/2024	Agência Nacional de Mineração (ANM)	Federal	Consolida as especificações técnicas para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa. Altera as portarias DNPM 388/08, 374/09 e 70.507/17. Altera as resoluções ANM 122/22 e 157/24. Revoga as portarias DNPM 387/08, 358/09, 254/10, 127/11, 128/11, 67/14, 533/12. Revoga a Resolução ANM 24/20.
Decreto	43029	15/06/2011		Estadual	Regulamenta o Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos - PROHIDRO, previsto na Lei 3.239/99, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Institui o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais a ser coordenado como um subprograma denominado Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PRO-PSA. Alterado pelo Decreto 49.439/24.
Portaria	7	02/01/2025	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Aprova o Programa de Conversão de Multas Ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - Quadriênio 2025-2029. Nota lus: a norma estará vigente até 31.12.2029.

Instrução Normativa	1	12/01/2025	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Disciplina o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais em relação aos dados de 2024 e 2025. Altera a Instrução Normativa IBAMA 22/21.
Resolução	305	12/11/2024	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional (NOP-INEA-58), que estabelece as diretrizes para a solicitação do Certificado de Registro de Emissão Veicular (CREV), no Estado do Rio de Janeiro. Nota lus: a norma se aplica às empresas ou profissionais que atuam na área ambiental realizando medições veiculares no âmbito do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel (PROCON Fumaça Preta). Revoga a Deliberação Normativa CECA 4.815/07.
Lei	15103	22/01/2025		Federal	Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN). O Paten visa promover o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono no Brasil. Altera as leis 9.478/97, 9.991/00, 11.484/07 e 13.988/20.
Portaria	1298	24/01/2025	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Disciplina os critérios e condições de enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento prioritários desenvolvidos em unidades de conservação para fins de emissão de debêntures de infraestrutura e incentivadas.
Portaria	58	24/01/2025	Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)	Federal	Institui, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, a Política de Sustentabilidade e o Pacto pela Sustentabilidade.
Portaria	1327	27/02/2025	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Declara estado de emergência ambiental em risco de incêndios florestais nas épocas e regiões específicas para o ano de 2025.
Portaria	25	26/02/2025	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais do Ibama 2025 - PCMAI 2025. Estabelece as diretrizes estratégicas da conversão de multas ambientais de natureza administrativa, composto por temas, eixos e áreas prioritários, bem como metas e indicadores que irão orientar a apresentação de projetos com vistas ao gerenciamento da obtenção de benefícios ambientais. Nota lus: o PCMAI 2025 terá vigência até 28.02.2026.
Portaria	192	27/02/2025	Ministério de Estado dos Transportes (MT)	Federal	Institui o Programa MelhorAR, com objetivo de melhorar a qualidade do ar, no âmbito do Ministério dos Transportes.
Portaria	16	20/03/2025	Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	Federal	Institui o Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal, com objetivo de estimular e ampliar os estudos sobre economia e mercado florestal, em particular relacionados à produção florestal sustentável, seus desafios e perspectivas.
Resolução	1149	28/03/2025	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Estabelece diretrizes para a prescrição, uso e fiscalização do Receituário Agrônômico no Sistema CONFEA/CREA. Revoga a Resolução CONFEA 344/90.
Decreto	12481	02/06/2025		Federal	Aprova a Política Marítima Nacional - PMN. Revoga o Decreto 1.265/94.
Portaria	10	02/06/2025	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)	Federal	Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade - Pró-Sociobio, que tem como objetivo promover o desenvolvimento territorial sustentável e a conservação dos biomas brasileiros, a partir da estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, para ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis. Revoga a Portaria MAPA 121/19.
Decreto	12485	03/06/2025		Federal	Estabelece a Estratégia e o Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade.
Decreto	14486	03/06/2025		Federal	Institui a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral - ProCoral. Institui o Planejamento Espacial Marinho (PEM).
Decreto	12491	05/06/2025		Federal	Disciplina à gestão e à governança do território marinho brasileiro, por meio de abordagem ecossistêmica, considerando as interações complexas e a interdependência entre os ecossistemas costeiros e marinhos e as atividades antrópicas, de modo a garantir o bem-estar humano, a conservação da socio-biodiversidade, a saúde humana, os ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.
Portaria	805	09/06/2025	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA/MA/MAA)	Federal	Institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA), com o objetivo de monitorar a cadeia produtiva e logística desses produtos, garantindo a defesa agropecuária, a segurança alimentar, a proteção à saúde pública e a prevenção de riscos ambientais e fraudes. Nota lus: as obrigações estabelecidas na norma somente serão exigíveis após a efetiva disponibilização dos sistemas tecnológicos necessários e conforme cronograma específico a ser publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária em coordenação com as entidades representativas do Programa Nacional Brasil-ID/Rastrol D. Alterada pela Portaria MAPA 808/25.
Resolução	129	06/06/2025	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por Empresa Brasileira de Navegação - EBN nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso. Altera a Resolução ANTAQ 62/21. Revoga as Resoluções ANTAQ 3.286/14, 1/15, 6.439/18, 6.620/18 e 7.257/19.
Portaria	258	24/06/2025	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Federal	Institui estratégia para elaboração participativa do Plano Nacional Setorial de Patrimônio Cultural e do marco regulatório do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Nota lus: norma vigente até 01.04.2026. Alterada pela Portaria IPHAN 279/25.
Lei	10838	27/06/2025		Estadual	Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Incentivo às Cidades Litorâneas, com o objetivo de integrar tecnologias inovadoras ao desenvolvimento urbano sustentável das cidades litorâneas e costeiras, bem como a melhoria da qualidade de vida de sua população e o fortalecimento da Economia do Mar, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	10825	23/06/2025		Estadual	Institui o Programa Estadual de Apadrinhamento de Espaços Públicos, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	12538	30/06/2025		Federal	Institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Pnapo.
Resolução	737	28/06/2025	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Disciplina as diretrizes e normas para atuação na garantia de atendimento aos princípios do Bem-Estar Animal pelos(as) profissionais das Ciências Biológicas com atribuições nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade.
Resolução	738	28/06/2025	Conselho Federal de Biologia (CFBio)	Federal	Institui o Selo Reconhecimento de Atividade Profissional para Pessoas Jurídicas, com o objetivo de reconhecer, valorizar e divulgar as organizações que adotam boas práticas de gestão, compromisso com a ética, responsabilidade socioambiental e excelência na atuação profissional nas áreas das Ciências Biológicas.

Decreto	22872	28/12/1996		Estadual	Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aplicável às concessionárias e permissionárias de água e esgotamento sanitário, no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto	12555	16/07/2025		Federal	Dispõe sobre as regras, os critérios e os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para a implementação, a habilitação, a execução e o monitoramento do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, de que trata a Lei 14.301/22. Regulamenta as leis 9.432/97 e 10.893/04. Altera os decretos 2.256/97, 5.269/04, 5.543/05, 8.036/13 e 8.257/14.
Resolução	1152	24/07/2025	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)	Federal	Disciplina o registro de profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sua atualização, interrupção, reativação e reabilitação. Altera as resoluções CONFEA 1.090/17 e 1.148/25. Revoga a Resolução CONFEA 1.007/03.
Lei	15190	08/08/2025		Federal	Institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Estabelece procedimentos administrativos e prazos a serem cumpridos para o requerimento de licenciamento ambiental perante os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), observadas as atribuições estabelecidas na Lei Complementar 140/11. Dispõe sobre critérios de elaboração de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e demais estudos ambientais. Enumera as atividades e empreendimentos não sujeitos ao licenciamento ambiental. Altera as leis 6.938/81, 7.661/88 e 9.605/98. Nota lus: a norma entra em vigor em 04.02.2026 Alterada pelas leis 15.269/25 e 15.300/25.
Medida Provisória	1308	08/08/2025		Federal	Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, que visa à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos. Nota lus 1: a Licença Ambiental Especial - LAE é ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora que estabelece condicionantes que deverão ser observadas e cumpridas pelo empreendedor para localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico. Nota lus 2: a aplicação da norma depende de atos regulamentares. Nota lus 3: norma vigente até 05.12.2025.
Resolução	318	04/07/2025	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional (NOP-INEA-60.R-0), que estabelece os critérios de sustentabilidade no âmbito do licenciamento ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	110	15/08/2025	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Regulamenta a situação de suspensão para averiguações de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Nota lus: a norma não se aplica: I - à paralisação temporária de atividade declarada, nos termos do art. 36 da Instrução Normativa Ibama 13/21; II - ao encerramento de inscrição em hipótese diferente daquela prevista no art. 17; III - à reativação de inscrição; IV - ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; V - ao bloqueio de acesso a sistemas de controle ambiental do Ibama ou de suas funcionalidades, exceto ao sistema do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais; VI - ao bloqueio de acesso a sistemas de controle ambiental do Ibama ou de suas funcionalidades em razão de qualquer impeditivo à emissão de certificado de regularidade que não decorra da própria suspensão; VII - à sanção restritiva de direito consistente em cancelamento de registro; VIII - a medidas administrativas cautelares em processo administrativo de apuração de infração ambiental; e IX - à aplicação de sanções originadas de medidas administrativas cautelares em processo administrativo de apuração de infração ambiental.
Portaria	125	02/09/2025	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Institui o Programa Nacional de Observação de Vida Silvestre de Base Comunitária - Programa Caminhos da Biodiversidade no IBAMA.
Portaria	3689	11/09/2025	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Institui o Programa Natureza com as Pessoas - PNP, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, como instrumento de implementação da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação. Prevê a realização de doações pelo setor privado para fins de financiamento do Programa.
Lei	15224	30/09/2025		Federal	Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA) e cria o Selo Doador de Alimentos, com o objetivo de incentivar estabelecimentos a doar alimentos. Revoga a Lei 14.016/20.
Decreto	12644	01/10/2025		Federal	Institui a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico para o período de 2025 a 2030, com a finalidade de orientar e coordenar políticas públicas para prevenção, redução e eliminação da poluição por plástico no oceano.
Decreto	12652	07/10/2025		Federal	Estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, que nortearão a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNDEC. Altera os decretos 10.593/20 e 11.774/23, que tratam da Proteção e Defesa Civil.
Instrução Normativa	26	10/10/2025	Ministério da Cultura (MinC)	Federal	Estabelece procedimentos relativos à apresentação, captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para constituição ou ampliação de fundo patrimonial cultural. Altera a Instrução Normativa Minc 23/25.
Portaria	2302	10/10/2025	Ministério da Fazenda (MF)	Federal	Torna público o 3º Leilão Eco Invest Brasil - Atraindo investimento privado em equity, no âmbito do Programa Eco Invest. Nota lus: as propostas no âmbito do leilão deverão ser submetidas à Secretaria do Tesouro Nacional até às 18h do dia 19.11.25, no horário de Brasília. Alterada pelas portarias MF 2.815/25, 3.015/25 e 10/26.
Resolução	273	03/10/2025	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	Federal	Estabelece parâmetros para atuação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente diante das mudanças climáticas, para a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes diante das mudanças climáticas e seus efeitos, considerando a gestão de riscos e desastres.
Resolução	334	24/07/2025	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Dispõe sobre a Responsabilidade Técnica na área da Química no âmbito do Sistema CFQ/CRQs. Revoga as resoluções CFQ 12/59, 30/72, 47/78, 68/83, 133/92, 230/10 e 254/13.

Resolução	335	21/08/2025	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Disciplina a responsabilidade para avaliar e emitir a Ficha com Dados de Segurança de Resíduos Químicos Perigosos (FDSR) e sobre a Ficha com Dados de Segurança de Produtos Químicos (FDS). Revoga a Resolução CFQ 252/13.
Resolução	101	18/09/2025	CONEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente	Estadual	Aprova a revisão da NOP-INEA-14-R.01, que dispõe sobre o Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - Procon Fumaça Preta, no Estado do Rio de Janeiro. Estabelece os procedimentos, requisitos gerais e critérios para atendimento ao Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel. Nota lus: a norma é aplicável a todas as pessoas físicas e jurídicas, sejam públicas ou privadas, que utilizem óleo diesel como combustível para veículos automotores terrestres, incluindo, mas não se limita a atividades como locação ou posse de equipamentos automotores terrestres para fins comerciais, construção, logística, bem como operações de transporte de passageiros ou cargas no Estado. Revoga a Resolução CONEMA 58/13.
Resolução	325	01/10/2025	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Aprova a Norma Operacional INEA 61, que versa sobre o procedimento simplificado para processamento dos demais instrumentos de controle ambiental do Sistema Estadual de Licenciamento do Estado do Rio de Janeiro. Nota lus: A norma entra em vigor em 04.05.2026.
Resolução	293	29/10/2025	CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Estadual	Disciplina o reajuste no valor do Preço Público Unitário da metodologia de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na região hidrográfica dos rios Macaé e Das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria	3318	10/11/2025	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)	Federal	Institui o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil - PN-PDC, como instrumento orientador de implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC para as ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, voltadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente aos riscos e desastres no País.
Lei	11020	07/11/2025		Estadual	Institui o Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água, visando a sua identificação, catalogação e preservação, no Estado do Rio de Janeiro. Prevê possibilidade de parcerias com empresas para fornecimento de mudas de árvores, arbustos e outras plantas apropriadas para proteção das nascentes.
Portaria	1508	12/11/2025	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Institui o Programa Nacional de Sociobioeconomia - PROSPERA, com o objetivo de promover a sociobioeconomia com vistas a assegurar o bem-viver e a prosperidade dos povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Resolução	7	07/11/2025	Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Federal	Institui o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia - PNDBio, com o objetivo de nortear as ações do Estado Brasileiro em favor do desenvolvimento da Bioeconomia no País.
Portaria	12	07/04/1982	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)	Federal	Proíbe o uso de bombas de sucção, quando da utilização de águas interiores para fins de abastecimento e irrigação, que não disponham de tela protetora, que evite a passagem através delas de alevinos das espécies ocorrentes na área de sucção.
Lei	6986	17/04/2015		Estadual	Proíbe a prestação de serviços de vigilância por câes de guarda com fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	998	21/11/2025	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Dispõe sobre diretrizes para a Avaliação do Risco da Exposição de Operadores, Trabalhadores, Residentes e Transeuntes aos agrotóxicos, produtos de controle ambiental, afins e bioinsumos de uso fitossanitário. Nota lus: a norma entra em vigor em 01.06.2026.
Portaria	1519	25/11/2025	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Federal	Estabelece a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030.
Portaria Conjunta	20	28/10/2025	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	Federal	Institui a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica, com a finalidade de fomentar a mobilização de recursos financeiros para apoiar projetos de mitigação de gases de efeito estufa e adaptação aos impactos adversos da mudança do clima, adensamento tecnológico e transformação ecológica.
Resolução	339	22/10/2025	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Institui a lista consolidada de atividades econômicas sujeitas ao registro em Conselhos Regionais de Química. Revoga as resoluções CFQ 03/57, 23/69, 51/80, 105/87, 114/89, 122/90, 130/92, 144/94, 145/94 e 227/10.
Portaria	3013	05/12/2025	Ministério da Fazenda (MF)	Federal	Torna público o 4º Leilão Eco Invest Brasil - Bioeconomia e Turismo Sustentável com foco na Amazônia, no âmbito do Programa Eco Invest. Alterada pela Portaria STN/MF 474/26. Nota lus: as propostas devem ser submetidas à Secretaria do Tesouro Nacional até às 18:00hs do dia 31.03.2026, no horário de Brasília.
Portaria	736	10/12/2025	Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)	Federal	Institui o Programa Nacional de Descarbonização de Portos e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação.
Resolução	133	10/12/2025	Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)	Federal	Estabelece critérios e procedimentos para a outorga de autorização para operar nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem ou longo curso. Disciplina o cadastro de Empresa Brasileira de Investimento na Navegação - EBIN. Altera as resoluções ANTAQ 44/21 e 86/22. Revoga as resoluções ANTAQ 1.766/10, 1.811/10, 05/16, 7.117/19 e 8.094/20. Revoga a Portaria ANTAQ 99/14.
Resolução	1020	01/12/2025	Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)	Federal	Estabelece normas e procedimentos para o processo de formação de condutores, incluindo aprendizagem, habilitação, exames, cursos especializados, reciclagem e expedição da Permissão para Dirigir, CNH e Autorização para Conduzir Ciclomotor, no Sistema Nacional de Trânsito. Revoga as Resoluções CONTRAN 265/07, 321/09, 558/15, 789/20, 849/21, 889/21, 928/22, 929/22, 930/22, 933/22, 983/22, 1.001/23 e 1.008/23. Altera a Resolução CONTRAN 1.009/24.
Resolução	1002	15/12/2025	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Federal	Dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento, fundamentados na qualificação, na humanização da atenção e gestão, e na redução e controle de riscos sanitários aos profissionais, usuários, comunidade e meio ambiente dos empreendimentos que prestam assistência odontológica. Nota lus: as adequações exigidas pela norma deverão ser realizadas até 16.12.2026.
Lei	15294	19/12/2025		Federal	Institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ, que contempla o regime de incentivos para o estímulo da indústria química brasileira. Nota lus: a norma estará vigente no período de 01.01.2027 a 31.12.2031.

Decreto	12783	19/12/2025		Federal	Institui o Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular, - Pronarep, com a finalidade de proporcionar apoio financeiro, técnico, estrutural, econômico e social às catadoras e aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, individuais e autônomos, cooperativas, associações, redes ou outras formas de organização popular, em todo o território nacional.
Lei	15300	22/12/2025		Federal	Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos. Altera as leis 13.116/15 e 15.190/25.
Resolução	331	19/01/2026	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)	Estadual	Estabelece os procedimentos para a emissão de certidão ambiental para o fornecimento de serviços públicos em áreas especialmente protegidas, no Estado do Rio de Janeiro.
Lei	11096	07/01/2026		Estadual	Institui o Código Estadual de Direito dos Animais no Estado do Rio de Janeiro. Revoga a Lei 3.900/02.
Lei	11103	15/01/2026		Estadual	Institui a Política Estadual de Promoção da Cultura Oceânica, visando à conscientização, educação e mobilização da sociedade sobre a importância dos oceanos para a sustentabilidade ambiental, social e econômica, no Estado do Rio de Janeiro.
Resolução	343	11/12/2025	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Estabelece atribuições aos profissionais da Química com vistas à fiscalização do exercício profissional. Revoga as resoluções CFQ 36/74 e 248/12.
Instrução Normativa	29	29/01/2026	Ministério da Cultura (MinC)	Federal	Estabelece procedimentos relativos à apresentação, à recepção, à seleção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, ao monitoramento, à prestação de contas e à avaliação de resultados dos programas, dos projetos e das ações culturais do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Revoga a Instrução Normativa MinC 23/25.
Portaria	15	30/01/2026	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Federal	Disciplina o procedimento de adesão à conversão de multas ambientais nos moldes do art. 142-A do Decreto Federal 6.514/08. Revoga a Portaria IBAMA 109/25.
Resolução	342	11/12/2025	Conselho Federal de Química (CFQ)	Federal	Estabelece critérios para a atribuição das atividades profissionais, no âmbito do Sistema CFQ/CRQs, aos portadores de diplomas de cursos superiores da área da Química, com vistas à fiscalização do exercício profissional. Revoga as resoluções CFQ 36/74, 240/11, 245/12, 257/14, 259/15, 277/18, 1.511/75 e 14.593/07.
Resolução Conjunta	57	01/10/2021	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Regulamenta a Lei 3.467/00, que dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, no Estado do Rio de Janeiro. Estabelece procedimento para celebração e acompanhamento de termo de compromisso ou de ajuste ambiental - TAC por parte da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA.
Resolução Conjunta	182	27/01/2026	Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)	Estadual	Regulamenta o procedimento de celebração de termo de ajustamento de conduta de conversão de multa sem ajuste de cessação e/ou reparação do dano ambiental com a necessidade de separação específica das obrigações administrativa e cível (TACCMSE), no Estado do Rio de Janeiro.